



CTInfra
Secretaria Técnica
do Fundo de Infra-estrutura

Acompanhamento e avaliação das ações do CT-Infra

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: METODOLOGIA DE
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CT-
INFRA
SUB-PROJETO: INTERAÇÃO DO CT-INFRA COM OS DEMAIS
FUNDOS**

**NOTA TÉCNICA: 06/02
Revisada**

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA
E O APOIO DOS FUNDOS: PERÍODO 1999-06/2002**

FEVEREIRO/2003

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA E O APOIO DOS FUNDOS

Introdução

Ao final da década de 90 o segmento de C&T passa a contar com nova fonte de recursos, os Fundos Setoriais de investimento em pesquisa científica e tecnológica. Com grande agilidade, os poderes executivo e legislativo viabilizaram a criação, num reduzido espaço de tempo, de 14 Fundos.

Alguns em implantação e outros já operacionais, como o CT-PETRO, desde 1999, os Fundos têm efetuado um aporte significativo de recursos para a pesquisa científica e tecnológica através do financiamento de projetos individuais e institucionais.

Após a regulamentação do CT-Petro, em 1999, foram regulamentados os seguintes Fundos: CT-Energ, CT-Hidro, CT-Mineral, FUNTEL, CT-Infra, CT-Espacial e o Fundo Verde-Amarelo. Os seguintes Fundos já foram criados e estão em processo de regulamentação: CT-Transp, CT-Info, CT-Agro, CT-Saúde, CT-Bio e Aeronáutico.

A presente Nota Técnica procura mostrar o atendimento institucional efetuado pelos Fundos até 30/06/2002. Foram analisados todos os editais de todos os Fundos implementados até o momento, e registrados os recursos aprovados por instituições envolvidas. No caso de projetos multi-institucionais os recursos foram alocados na instituição coordenadora. No caso de projetos individuais os recursos foram computados para a instituição de vínculo do coordenador.

Até o presente momento, 842 milhões de reais foram alocados através de 12 editais e 4 ações envolvendo carteiras de projetos das agências participantes, relativos à 6 diferentes fundos. Estes recursos beneficiaram 278 diferentes instituições de ensino superior e pesquisa.

Os Fundos analisados

Esta Nota Técnica trata da análise de sete editais e uma ação de carteira de projetos do CT-Petro, três editais do CT-Infra, uma ação de carteira de projetos do Fundo Verde Amarelo, um edital do CT-Energ, uma ação de carteira de projetos do CT-Mineral e um edital e uma ação de carteira de projetos do CT-Hidro. A seguir é apresentada uma caracterização dos Fundos objetos de análise nesta Nota Técnica.

O CT-PETRO

O CT-PETRO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, visando ao aumento da produção e da produtividade, à redução de custos e de preços, à melhoria da qualidade dos produtos e da vida de todos quantos possam ser afetados por seus resultados.

A estratégia está baseada nos seguintes critérios:

Mobilizar as universidades e centros de pesquisa e toda a comunidade de ciência e tecnologia no sentido de atuar de forma participativa, otimizando investimentos e compartilhando recursos;

Direcionar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e de qualificação de recursos humanos para os interesses das empresas do setor de petróleo e gás natural;

Atender às políticas nacionais do setor, em especial as implementadas pela ANP;

As empresas podem e devem ser sempre estimuladas a participar técnica e financeiramente da execução dos projetos, especialmente demandando o desenvolvimento científico e tecnológico de novos produtos, processos e serviços.

A Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, mais conhecida como "Lei do Petróleo", estabeleceu que os contratos de concessão do setor petróleo e gás natural incluam o pagamento de royalties pelas empresas concessionárias em montante correspondente a 10% da produção de petróleo ou gás natural (arts. 45 e 47).

Foi estabelecido que, da parcela do valor dos royalties que excederem a 5% da produção, 25% seriam destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, constituindo o Fundo Setorial para aplicação no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural. Do total de recursos destinados ao MCT para constituir o CT-Petro, 40%, no mínimo, serão aplicados nas regiões norte e nordeste.

Os editais implementados dentro do CT-PETRO atendem às diretrizes definidas pelo Comitê Gestor do Fundo: Parceria com grandes empresas e grandes fornecedores; Atuação regional focada nas regiões Norte e Nordeste; Lógica Inovativa Autônoma de Universidades e Centros de Pesquisa; Estudos e Eventos de Interesse do Setor Petróleo e Gás Natural; Auxílio a Pesquisadores e Fixação de Doutores.

CT-INFRA

O Fundo de Infra-Estrutura, CT-INFRA, foi instituído pela Lei N.º 10.197, de 14 de fevereiro de 2001, e regulamentado pelo Decreto 3.087, de 26/04/2001, com o objetivo de fortalecer a infra-estrutura e serviços de apoio à pesquisa técnico-científica desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa brasileiras, criando um ambiente competitivo e favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico equilibrado e capaz de atender às necessidades e oportunidades da área de C&T.

Entende-se infra-estrutura de P&D como o conjunto de condições materiais de apoio e instalações físicas para implementação de atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos do CT-INFRA são constituídos por 20% dos aportes de recursos do FNDCT, oriundos dos Fundos Setoriais, sendo que pelo menos 30% devem ser aplicados em instituições sediadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A lei dá ampla liberdade para a organização do plano de atuação do CT-INFRA, no sentido de buscar uma estratégia que atenda às necessidades de implantação, recuperação e modernização da infra-estrutura de pesquisa das instituições públicas de ensino superior e de pesquisa do país como um todo, mas que seja balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T para aplicação dos recursos, permitindo ainda apoiar projetos prioritários em setores importantes da economia nacional não cobertos pelos fundos existentes.

Neste sentido, foram estabelecidas as seguintes modalidades de ação:

Sistêmica: compreendendo o apoio a investimentos na otimização de infra-estrutura de uso difuso e universal, que possa ser compartilhada por várias instituições, como por exemplo, redes de informática (acopladas às ações da RNP), acervos bibliográficos, bibliotecas digitais e biotérios compartilhados.

Institucional: voltada para o apoio a planos de desenvolvimento institucional da infra-estrutura de pesquisa que visem proporcionar condições para sua expansão e consolidação e que associem os investimentos à melhoria na gestão da infra-estrutura e à definição de estratégias institucionais.

Fomento Qualificado: compreendendo o apoio a investimentos em infra-estrutura de pesquisa para uso comum de instituições nacionais em áreas temáticas relevantes, como por exemplo, Oceanografia, Biologia Molecular e Biodiversidade, aprovados por mecanismos concorrenciais.

Projetos Inovadores: referente ao apoio a projetos de infra-estrutura associados a novas modalidades de atuação em C&T, como por exemplo, a constituição de redes acadêmicas de pesquisa.

Com os recursos arrecadados segundo o mecanismo mencionado, o CT-INFRA implementou 3 (três) editais até o presente momento. Os editais 01/2001 e 03/2001 seguiram a linha institucional. O edital 02/2001 foi implementado em duas etapas e, embora com enfoque institucional, abordou o tema específico de conservação de energia nas instituições participantes.

FUNDO VERDE-AMARELO

O Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, também conhecido como Fundo Verde-Amarelo, foi criado pela Lei Nº 10.168 de 29/12/2000, regulamentado pelo Decreto 3.949 de 03/10/2001 e modificado pela Lei Nº10.332 de 19/12/2001.

O objetivo principal do Fundo Verde-Amarelo é utilizar o patrimônio de conhecimento que o país vem construindo nas universidades e institutos tecnológicos para atender às demandas da sociedade. Entre seus objetivos estratégicos está o de estimular maior investimento em inovação tecnológica por parte das empresas, para equilibrar a relação entre investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia. Outro objetivo estratégico é promover maior distribuição geográfica dos investimentos em inovação.

Sua fonte é a contribuição de intervenção no domínio econômico e corresponde a 10 pontos percentuais dos 25% incidentes sobre remessas ao exterior em pagamento por tecnologia, licenças ou serviços técnicos. Do total destes recursos, trinta por cento, no mínimo, serão aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Fundo Verde-Amarelo se estrutura em três eixos:

1 - Fatores Sistêmicos para Inovação, cujo objetivo é contribuir para a criação de condições favoráveis à inovação por meio da capacitação em áreas críticas para a organização de sistemas de inovação no País, visando a aumentar a competitividade da economia. As principais ações nesse eixo são: Capacitação de recursos humanos para a inovação; Desenvolvimento e difusão de tecnologias de gestão; Capacitação em propriedade intelectual; Tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos para inovação e competitividade; Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação; Estudos e eventos.

2 - Cooperação Tecnológica para a Inovação, a qual estimula projetos cooperativos e esforços coletivos de inovação a serem realizados em interação entre setores produtivos e instituições de pesquisa e desenvolvimento, inclusive pela promoção da competitividade de arranjos produtivos locais. A seguir, são descritas as ações principais nesse eixo: Projetos mobilizadores pré-competitivos; Projetos cooperativos; Tecnologias para o Desenvolvimento Social; Redes cooperativas de pesquisa com o setor produtivo; Apoio à organização e consolidação de Arranjos Produtivos Locais (Pólos Industriais ou Tecnológicos, "clusters" ou Sistemas Locais de Inovação) e Cadeias Produtivas Regionais; Organização de cooperação internacional em pesquisa e inovação

3 - Empreendedorismo, com ações que visam contribuir para a consolidação de uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país. O objetivo aqui é estimular ações pelo lado da demanda e da oferta de investimento de risco, estimulando, por um lado, que o conhecimento gerado em instituições de pesquisa e desenvolvimento resultem em negócios e, por outro lado, que o capital existente seja destinado a investimento de risco em empresas de base tecnológica. Para tanto, as seguintes ações são desenvolvidas: disseminação do empreendedorismo e capacitação empresarial nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras; Estímulo ao desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, incubadoras e parques tecnológicos, fomento ao desenvolvimento do mercado de capital de risco e do incentivo ao investimento privado em empresas de tecnologia; Promoção da inovação tecnológica nas micros, pequenas e médias empresas.

Até o presente momento foram apoiados, basicamente, projetos que vinham sendo fomentados nas agências e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ao longo de 2001, já com vistas ao cumprimento da missão estabelecida pela Lei nº 10.168. Além disso, foram apoiados alguns projetos e programas das agências que contribuíam para os objetivos do Fundo Verde-Amarelo. Assim sendo, os projetos financiados pelo FVA classificam-se em projetos fomentados pela FINEP, projetos já contratados na FINEP, projetos fomentados pelo CNPq e projetos fomentados pelo MCT.

CT-ENERG

O CT-ENERG foi instituído pela Lei nº 9.991 de 24/07/00, regulamentada pelo Decreto 3.867 de 16/07/01. Em linhas gerais, os recursos a serem alocados para o setor deverão ter os seguintes objetivos:

1. contribuir para a desaceleração das necessidades de investimentos em expansão de sistemas elétricos;
2. aumentar as opções tecnologicamente viáveis para o país em termos de alternativas para serviços de eletricidade, com menores custos e melhor qualidade, promovendo a universalização dos serviços e o conseqüente aumento do bem-estar social;
3. desenvolver, consolidar e aumentar a competitividade da tecnologia industrial nacional e estimular oportunidades de exportação de know-how, produtos e tecnologias de energia;
4. aumentar o intercâmbio internacional no setor de P&D na área energética, promovendo cooperação, especialmente com países que possam oferecer acesso aos institutos de pesquisa e firmas nacionais a tecnologias inovadoras e adequadas ao nosso contexto energético e econômico;
5. formar recursos humanos na área de energia e fomentar a capacitação tecnológica nacional.

Conforme estabelecido na lei de criação, 1% da receita operacional líquida das empresas concessionárias de energia elétrica deve ser destinado a atividades de P&D. Destes, 0,5% dos recursos serão utilizados pelas próprias concessionárias, sob supervisão da ANEEL. Os restantes 0,5% serão destinados ao fomento de ações que atendam a expectativas mais abrangentes de P&D através do Fundo Setorial de Energia Elétrica (CT-ENERG). No mínimo 30% dos recursos serão aplicados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Em 2001 foi lançada a chamada de projetos FINEP 01/2001 através da qual foram recomendados 28 projetos.

CT-MINERAL

O Fundo Setorial de Recursos Minerais CT-MINERAL foi criado pelo Decreto-Lei 8.001, de 13 de março de 2000 e regulamentado pelo Decreto 3.866, de 16 de julho de 2001. Seu objetivo é o financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no setor de recursos minerais.

O Documento Básico procurou enfatizar dois objetivos estratégicos:

- desenvolvimento e difusão de tecnologia intermediária na pequena e média empresa;
- pesquisas técnico-científicas de suporte à exploração mineral.

No primeiro caso, através de Arranjos Produtivos, visando a inserção de tecnologia, agregação de valor, potencial exportador, mercado interno, substituição de importações,

integração empresa/centros tecnológicos/ universidades e geração de empregos nos seguintes segmentos prioritários:

- rochas ornamentais e de revestimento;
- insumos cerâmicos;
- gemas;
- materiais da construção civil;
- insumos para cimento;
- fertilizantes e corretivos de solos;
- insumos para refratários e isolantes;
- insumos para abrasivo e pigmentos.

No caso do suporte à exploração mineral, o estudo de distritos mineiros visando seu potencial geológico, descoberta de jazidas, potencial exportador, ampliação do conhecimento das províncias minerais e distritos mineiros, aproveitamento de subprodutos, agregação de valor e integração universidade/empresa/centro de pesquisa nos seguintes segmentos prioritários:

- cobre, zinco e níquel;
- bauxita e caulim;
- diamantes e metais preciosos (ouro, prata e platina)
- titânio, manganês e cromo.

Em todos os casos, há abordagens prioritárias em temas como qualificação de reservas e ambientes geológicos, prospecção/metodologia exploratória, lavra/processos, beneficiamento/processos, metalurgia, mercado, cadeia produtiva, meio ambiente, aproveitamento de resíduos, divulgação técnico-científica e formação de recursos humanos. Dos recursos do Fundo, 30%, no mínimo, serão aplicados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Tendo em vista o aspecto emergencial, o CT-MINERAL não lançou Edital para 2001 e não tinha em carteira, na FINEP, projetos novos para serem analisados. Desta forma, no período de 23 a 25 de outubro de 2001, foram analisados pela CAP - Comissão de Avaliação de Projetos 36 projetos recebidos pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Foram recomendados 26 projetos, ficando 13 sob a responsabilidade da FINEP e 13 sob a responsabilidade do CNPq.

CT-HIDRO

O Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-HIDRO, foi criado pela Lei nº 9.993, de 24/07/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 3.874, de 19/07/2001, tem como objetivo financiar projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico destinados a aprimorar a utilização dos recursos hídricos, garantindo sua utilização racional e integrada, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à prevenção e defesa contra fenômenos hidrológicos críticos ou devido ao uso inadequado de recursos naturais.

Os recursos financeiros do Fundo correspondem a 4% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A compensação financeira é um percentual do valor da energia produzida, a ser paga pelas

concessionárias de serviços de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por água dos respectivos reservatórios.

No mínimo 30% dos recursos são destinados a projetos desenvolvidos por instituições de pesquisa sediadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

O Documento de Diretrizes Estratégicas do CT-HIDRO, aprovado pelo Comitê Gestor, apresenta o panorama brasileiro do setor de recursos hídricos, os principais desafios a serem enfrentados, as estratégias a serem adotadas e indica as áreas prioritárias para financiamento de ações, que são:

1. Sustentabilidade Hídrica da Região Semi-árida
2. Água e Gerenciamento Urbano Integrado
3. Gerenciamento dos impactos da variabilidade climática sobre sistemas hídricos e sociedade
4. Uso e conservação do solo e de sistemas hídricos
5. Usos Integrados dos sistemas hídricos e conservação ambiental
6. Prevenção e controle de eventos extremos
7. Qualidade da água dos sistemas hídricos
8. Gerenciamento de Bacias Hidrográficas
9. Uso Sustentável dos recursos hídricos costeiros
10. Comportamento dos sistemas hídricos
11. Desenvolvimento de produtos e processos
12. Capacitação de recursos humanos
13. Infra-estrutura de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Estas áreas prioritárias foram agrupadas em quatro grandes temas e quatro atividades gerais, a saber:

Grandes Temas:

1. Gerenciamento de Recursos Hídricos
2. Conservação de Água no Meio Urbano
3. Sustentabilidade nos Ambientes Brasileiros

4. Uso Integrado e Eficiente da Água

Atividades Gerais:

1. Capacitação de Recursos Humanos
2. Avaliação de processos sócio-econômicos e ambientais nos sistemas hídricos brasileiros
3. Desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos
4. Ampliação/adaptação da infra-estrutura.

O ano de 2001 teve características peculiares para o CT-HIDRO. Como a regulamentação do Fundo ocorreu no segundo semestre do ano, não foi possível promover a realização de editais para a contratação de projetos com recursos de 2001. Um conjunto de projetos foi então apresentado pelas instituições participantes do Comitê Gestor. Os projetos foram, preliminarmente, enquadrados por uma comissão instituída pelo Comitê e o mérito científico e/ou tecnológico foi posteriormente analisados por consultores ad-hoc indicados pelas Agências. O primeiro edital do CT-Hidro foi lançado no primeiro semestre de 2002.

Análise dos Dados – quadro geral

Os Fundos Setoriais e não Setoriais alocaram no período de 1999 a junho de 2002 aproximadamente 842 milhões de reais e estes recursos estão distribuídos por 278 instituições (Tabela 1). Deste montante, o CT-Infra alocou aproximadamente 280 milhões de reais que correspondem a 33% do total, seguido pelo CT-Petro com 326 milhões de reais, correspondendo a 39% e pelo Fundo Verde Amarelo com 146 milhões ou 17% dos recursos distribuídos. Os demais fundos, CT-Hidro, CT-Energ e o CT-Mineral, somados, alcançam a cifra de 89 milhões de reais, ou seja, 11% do total (Gráfico 1 A e 1 B). Cabe ressaltar que o montante total de recursos alocados pelo CT-Petro é de, aproximadamente, 359 milhões de reais. Como o recorte deste estudo é institucional e a Secretaria Técnica do Fundo de Infra-estrutura não possui os dados completos sobre os projetos e suas respectivas instituições das ações realizadas no âmbito da ANP e CNPq no ano de 2000 e do Edital 4 de 2001, optou-se por manter apenas os valores alocados nas instituições identificadas. (Gráfico 1A e 1B).

Gráfico 1A

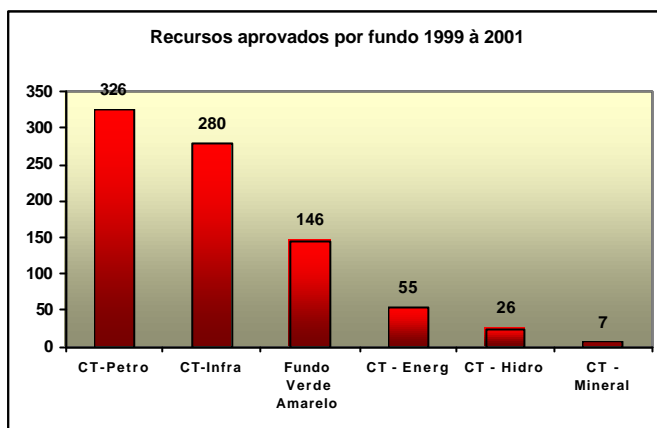
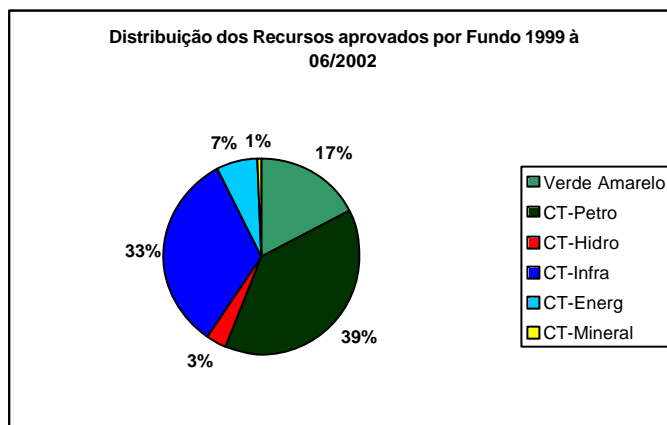
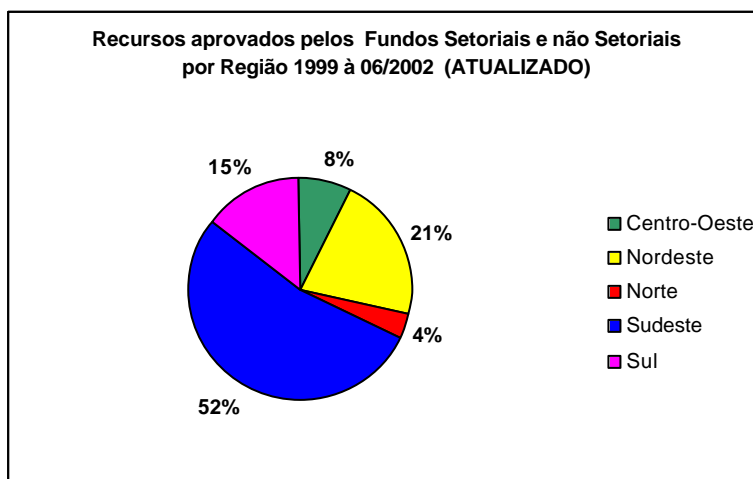


Gráfico 1B



A maior parte dos recursos distribuídos pelos Fundos Setoriais e não Setoriais foi para a Região Sudeste com 52% do total. A Região Nordeste recebeu o equivalente a 21% de todos os recursos, seguida pela Região Sul com 15%. A Região Centro-Oeste obteve 8% do total e a Região Norte ficou com 4% (Gráfico 2).

Gráfico 2

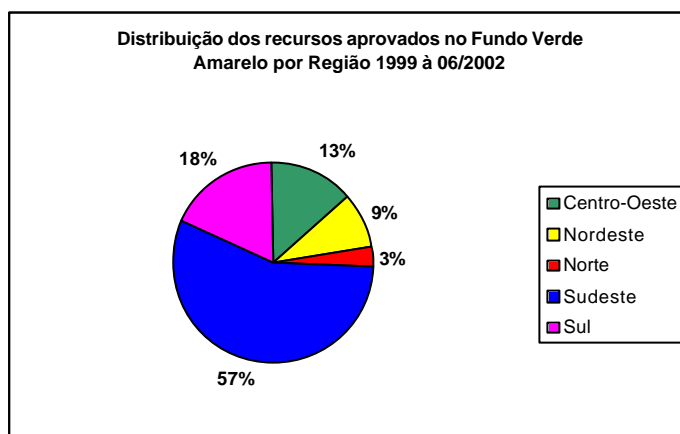


Análise dos Dados – o detalhe

Fundo Verde Amarelo

O Fundo Verde Amarelo alocou aproximadamente 146 milhões de reais em 2001 e 2002, sendo que a Região Sudeste ficou com 57% do total e a Região sul obteve 18%. Na Região Centro-Oeste foram alocados 13% dos recursos, 9% foram canalizados para a Região Nordeste e 3% para a Região Norte (Gráfico 3). É necessário observar que os dados sobre o Fundo Verde Amarelo correspondem aos projetos contratados pela FINEP e pelo CNPq em 2001.

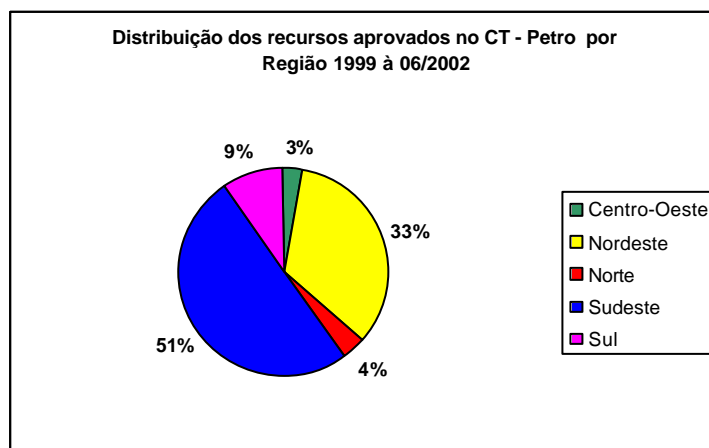
Gráfico 3



CT – Petro

As ações do CT-Petro, no que tange a elaboração de editais, tem início em 1999. Deste período até junho de 2002 foram alocados aproximadamente 359 milhões de reais, sendo que 52% dos recursos foram para projetos cuja instituição executora encontra-se na Região Sudeste, 33% foram para Região Nordeste. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, juntas, receberam 16% dos recursos (Gráfico 4).

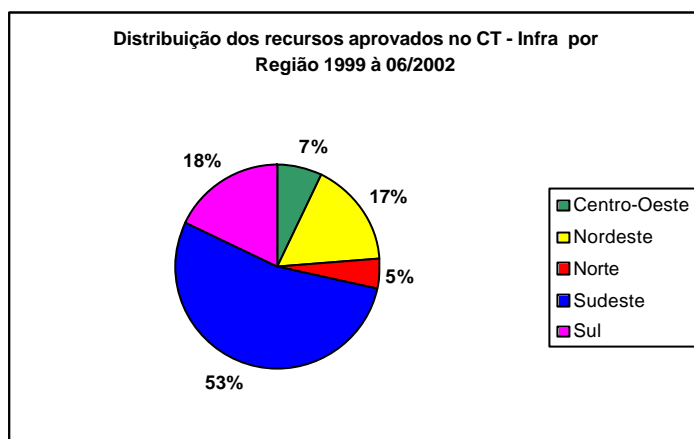
Gráfico 4



CT – Infra

O total de recursos alocados no âmbito do CT-Infra, levando-se em consideração os três editais abertos, foi de 280 milhões de reais. A Região Sudeste abarcou 53% dos recursos, a Região Sul ficou com 18%, seguida da Região Nordeste com 17%. A Região Centro-Oeste alocou 7% dos recursos e a Região Norte ficou com 5% (Gráfico 5).

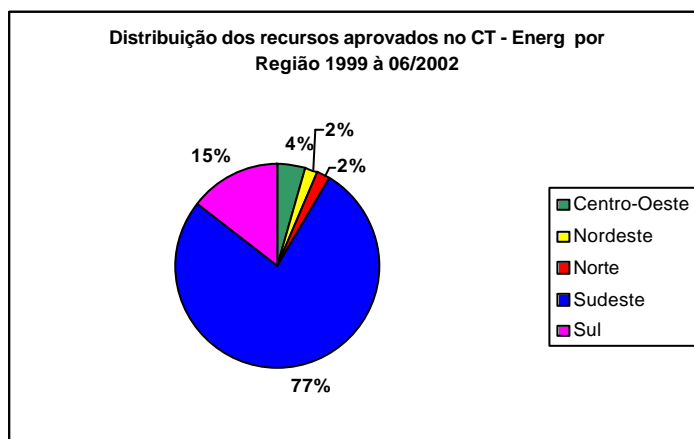
Gráfico 5



CT – Energ

O CT-Energ no edital lançado em 2001 distribuiu 55 milhões de reais, sendo que a Região Sudeste ficou com a maior parte dos recursos 77%, a Região Sul ficou com 15% e as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste somaram 8% do total (Gráfico 6).

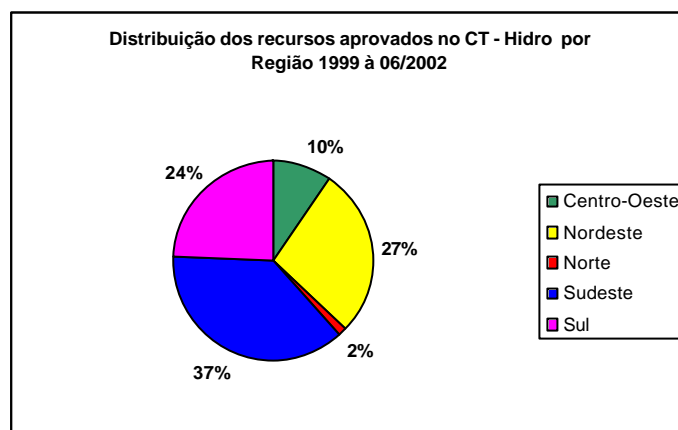
Gráfico - 6



CT – Hidro

A distribuição de recursos através do CT- Hidro atingiu a cifra de 26 milhões de reais e apresenta maior dispersão em relação a outros fundos. A Região Sudeste ficou com 37% dos recursos, a Região Nordeste ficou com 27% dos recursos e a Região Sul com 24%. Foram alocados na Região Centro-Oeste 10% dos recursos e a Região Norte recebeu 3% (Gráfico 7).

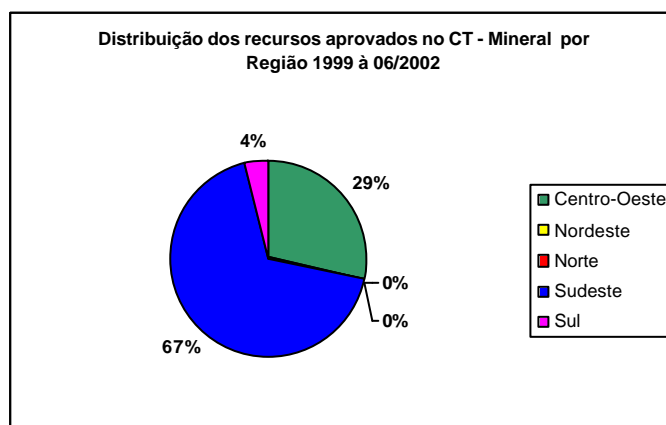
Gráfico -7



CT – Mineral

Os recursos alocados pelo CT-Mineral equivalem a 1% do total alocado por todos os Fundos Setoriais e não Setoriais. Dos 7,2 milhões de reais disponíveis, através do edital aberto, a Região Sudeste ficou com 67%, a Região Centro-Oeste com 29%, a Região Sul com 4%. As regiões Norte e Nordeste não foram contempladas (Gráfico 8).

Gráfico-8

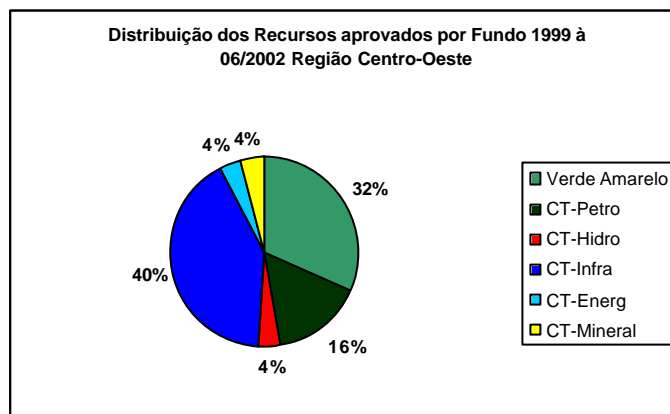


Análise dos dados: as Regiões

Região Centro-Oeste

A maior parte dos recursos direcionados à Região Centro-Oeste foram provenientes do CT-Infra, 40%, e do Fundo Verde Amarelo, 32%. O CT- Petro foi responsável por 16% dos recursos alocados na região. O CT-Hidro, o CT – Energ e o CT – Mineral alocaram, cada um, 4% dos recursos no Centro-Oeste (Gráfico 9).

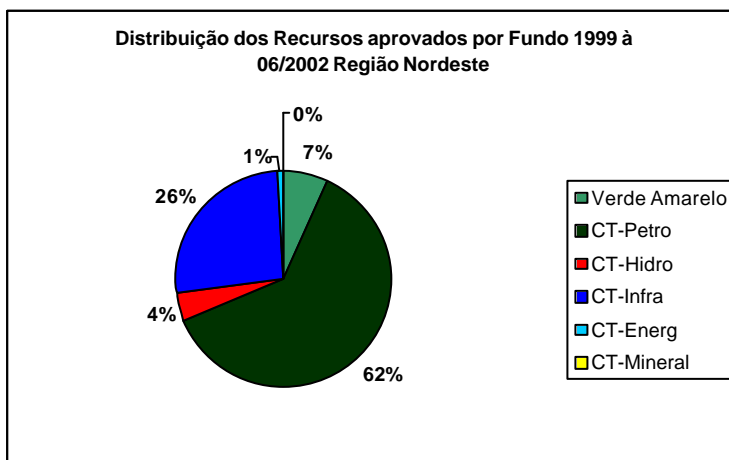
Gráfico -9



Região Nordeste

A maior parte dos recursos alocados na Região Nordeste, 62%, estão no âmbito do CT – Petro, sendo que do total alocado a este fundo 30% foram repassados a UFRN. O CT- Infra foi responsável por 26% dos recursos totais aprovados na região. O Fundo Verde Amarelo concentrou 7%, o CT-Hidro 4% e o CT – Energ 1%. O CT-Mineral não aprovou nenhum projeto na região no período apurado (Gráfico 10).

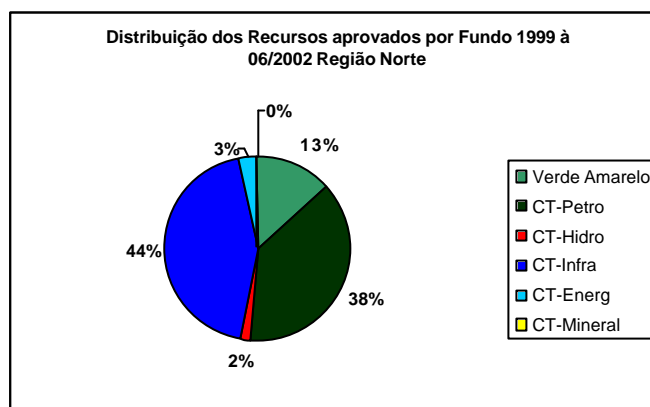
Gráfico 10



Região Norte

O CT – Infra foi responsável pela maior parte dos recursos aprovados na Região Norte totalizando 44% do total. O CT – Petro alocou 38% e o Fundo Verde Amarelo,13%. O restante dos recursos estão divididos entre o CT-Energ, com 3% e o CT-Hidro com 2%. O CT-Mineral não aprovou nenhum recurso para a região no período analisado (Gráfico 11).

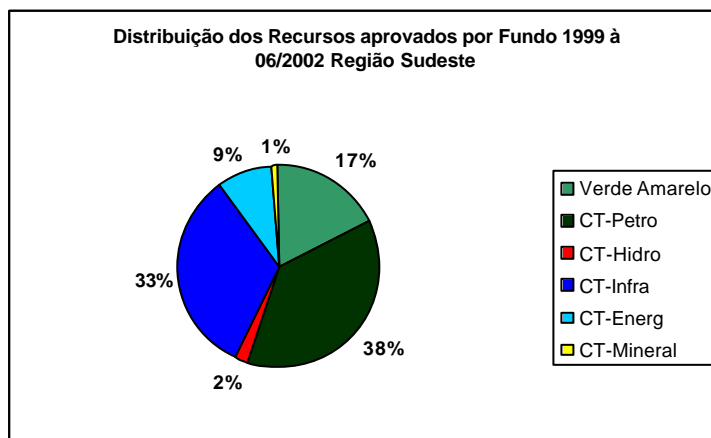
Gráfico 11



Região Sudeste

Do total de recursos alocados nesta região o CT-Petro foi responsável por 38% do total, seguido pelo CT-Infra com 33%. O Fundo Verde Amarelo alocou 17% e o CT-Energ 9%. O CT- Hidro alocou 2% e o CT-Mineral foi o responsável por 1% dos recursos aprovados na região (Gráfico 12).

Gráfico 12

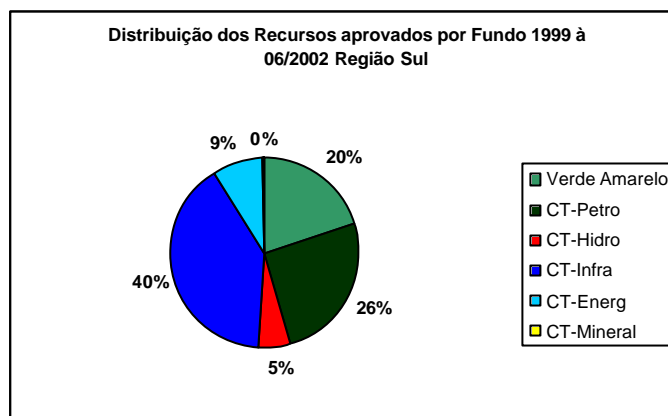


Região Sul

Na Região Sul o CT-Infra concentrou 40% dos recursos, o Fundo Verde Amarelo alocou 20%, o CT-Petro distribuiu as instituições de ensino e de pesquisa 22% dos recursos destinados à região. O CT-Energ foi responsável por 9% dos recursos,

acompanhado do CT – Hidro com 5%. O CT – Mineral não alocou recursos para região (Gráfico 13).

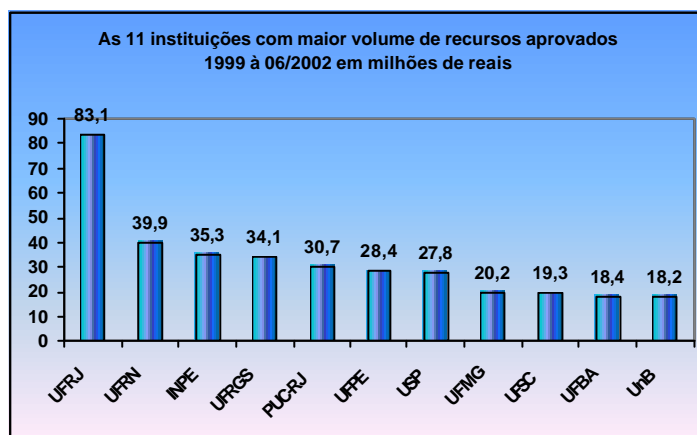
Gráfico 13



Análise dos dados: as Instituições

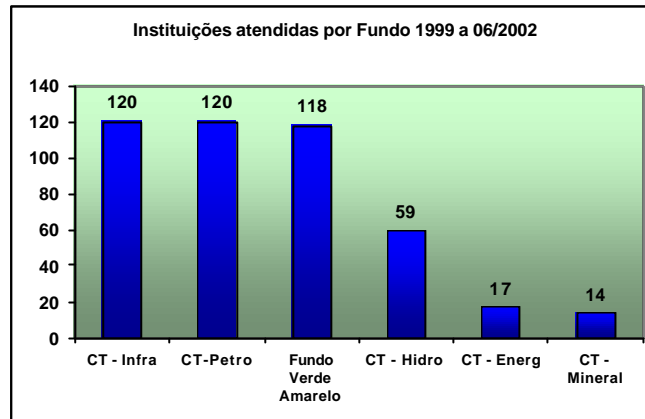
Os 842 milhões de reais alocados pelos Fundos no período 1999-06/2002 estão distribuídos em 278 instituições. O Gráfico 14 mostra as 11 instituições que receberam maior volume de recursos dos Fundos. Estas instituições receberam juntas cerca de 292 milhões de reais, o que corresponde a aproximadamente 39% do total de recursos aprovados (Gráfico 14).

Gráfico 14



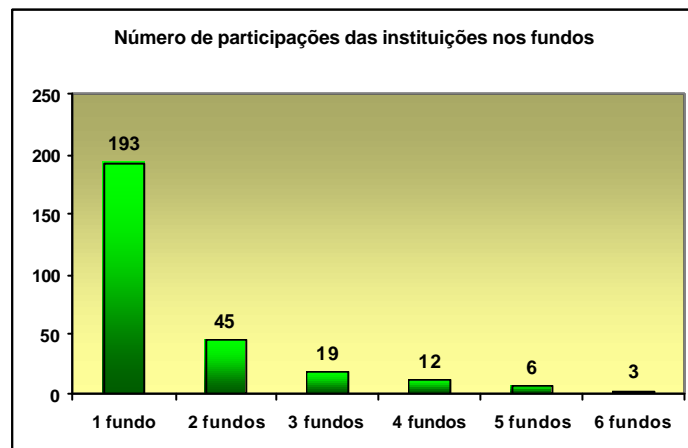
Do universo de 278 instituições, 120 foram atendidas pelo CT-Infra, número igual foi atendido pelo CT-Petro. O Fundo Verde Amarelo aprovou recursos para 118 instituições. Os editais do CT – Petro abarcaram um total de 91 instituições. O CT-Mineral, CT-Hidro e o CT – Energ aprovaram recursos para 80 instituições.

Gráfico 15



A maior parte das instituições participaram de editais em apenas um fundo e apenas três instituições participaram de editais ou ações de carteira de projetos em todos os fundos

Gráfico 16



Instituições que participaram em todos os Fundos Setoriais e Não Setoriais

- INPE
- UnB
- UFRJ

Instituições que participaram em 5 Fundos

- UFPE
- UFPA
- UFMG
- USP
- UFRGS
- UFSC

Instituições que participaram em 4 Fundos

UFGO	UFBA	UFPB
CETEC-MG	EFEI(Unifei)	IPT
UFF	UFSCar	UFV
Unicamp	LACTEC	UEL

Instituições que participaram em 3 Fundos

EMBRAPA, UFMT, UFAL, UFCE, UFPI, UFRN, UA/UFAM, CENPRA, CNEM, INT, LNCC, PUC-RJ, UERJ, UFES, UNESP, UDESC, UFPR, UFSM, Unisinos.

Instituições que participaram em 2 Fundos

UEMT, UFMS, ESAM, FACS-S/C (Bahia), FAPEPE, FAPESQ-PB, ITEP(Pernambuco), UEMA, UERN, UFMA, UFRPE, UFSE, UNEB (Bahia), IEPA, INPA, MPEG, BIO-RIO, CBPF, CETEM, EPAMIG, FUNCATE, IAC (Campinas), IME, IMPA, IPqM, SBG, SEADE, UFJF, UFLA, UFOP, UFRRJ, UFU, UNIFESP, CEFET-PR, CIENTEC, EPAGRI, FEESC, FURG, IAPAR, TECPAR, UEM, UEPG, ULBRA, URB.



**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS
AÇÕES DO CT-INFRA NO ÂMBITO DAS
INSTITUIÇÕES**

NOTA TÉCNICA:CT-INFRA 08/02

**EDITAL CT-INFRA 01/2001 – A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA DE
ACORDO COM O NÚMERO DE DOUTORES**

SETEMBRO/2002

Apresentação

O objetivo primordial do Edital CT-Infra 01/2001 foi o de financiar a execução de planos de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa que visassem proporcionar condições para expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Para ter acesso aos recursos previstos no âmbito do CT-Infra, as instituições apresentaram Planos de Desenvolvimento da Infra-estrutura Institucional que foram aprovados pelos seus Órgãos Colegiados Superiores.

Os itens financiáveis no âmbito do Edital CT-Infra 01/2001 foram: equipamentos; material bibliográfico; instalações civis e reformas em geral; instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; construção de novas instalações, desde que estritamente vinculadas ao desenvolvimento do plano de pesquisa, e despesas acessórias com a importação de equipamentos.

O valor global dos recursos comprometidos no edital foi de R\$ 150 milhões para um período de vinte quatro meses, levando em consideração a determinação legal de aplicar 30% dos recursos nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Além disso, de acordo com determinação do Comitê Gestor, 80% dos recursos foram destinados à Instituições Federais, tanto no conjunto das regiões norte, nordeste e centro-oeste, quanto no conjunto das regiões sul e sudeste.

Tendo em vista a necessidade de orientar a elaboração das propostas e compatibilizá-las com o porte das instituições proponentes, a alocação dos recursos teve como parâmetro o número total de pesquisadores doutores da instituição de acordo com as faixas estabelecidas abaixo:

Tabela 1

Número de doutores	Valores Teto (R\$)
800 ou mais	15.000.000,00
400 a 799	9.000.000,00
100 a 399	4.500.000,00
99 ou menos	1.500.000

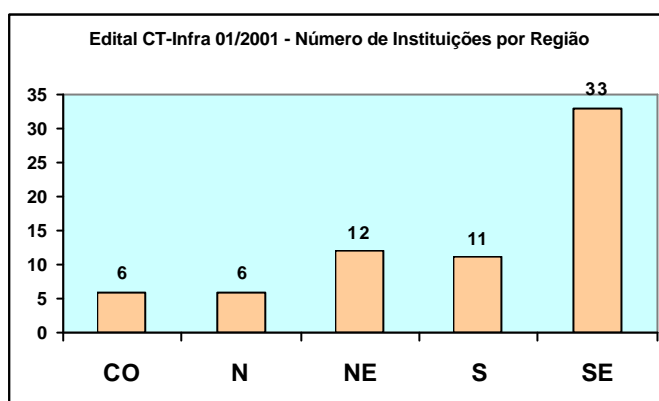
A presente nota técnica tem por objetivo realizar uma análise da distribuição e da alocação dos recursos no âmbito do Edital CT-Infra 01/2001, levando em consideração o porte das Instituições Ensino Superior e de Pesquisa, de acordo com o número de doutores.

É preciso ressaltar que neste estudo a análise do tipo de demanda feita, não foi utilizada a classificação por critérios contábeis, mas por aqueles relacionados ao resultado final pretendido. Por exemplo, em algumas instituições as solicitações relativas às edificações apareceram como serviços de terceiros (pagamento dos construtores) e compra de material de construção, em outras apenas como obras e, em outras, integralmente como serviços de terceiros. Considerando que o resultado final pretendido nos três casos seria o mesmo, todas foram reclassificadas dentro da mesma categoria: obras.

1- Distribuição Regional

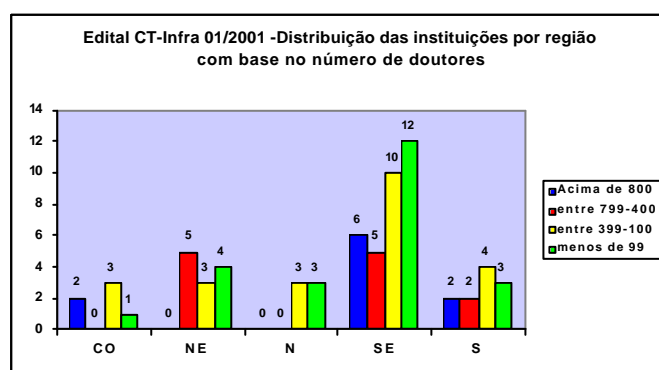
O número total de instituições participantes no âmbito do Edital CT-Infra 01/2001 foi de 160 sendo que destas 68 tiveram seus projetos aprovados. A maior parte das instituições com recursos aprovados encontra-se na Região Sudeste, com 33 instituições. A Região Nordeste teve um total de 12 projetos aprovados. 11 instituições localizadas na Região Sul tiveram suas propostas aprovadas. A Região Norte teve 6 projetos aprovados, número igual a da Região Centro-Oeste. (gráfico 1).

Gráfico 1



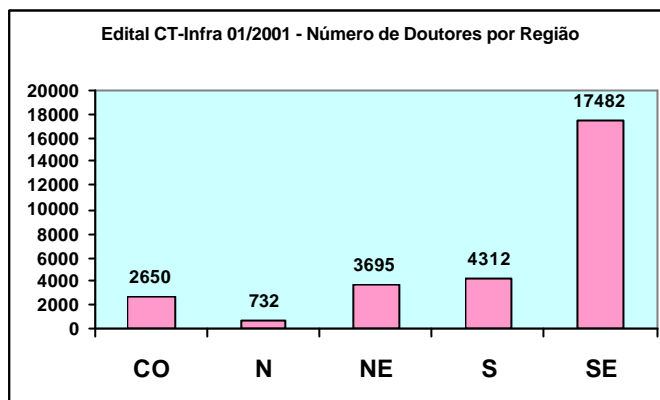
Das 33 instituições da Região Sudeste com projetos aprovados 6 são consideradas de grande porte, 5 são de porte médio-superior 10 são de porte médio-inferior e 12 são de pequeno porte. A Região Sul possui 2 instituições de grande porte, 2 de porte médio superior, 4 de porte médio-inferior e 3 instituições de pequeno porte. A Região Nordeste não possui instituição de grande porte, 5 são de porte médio-superior, 3 são de porte médio-inferior e 4 são instituições de pequeno porte. A Região Centro-Oeste tem 2 instituições de grande porte, 3 de porte médio-inferior e 1 de pequeno porte. A Região Norte possui 2 instituições de porte médio-inferior e 2 de pequeno porte.

Gráfico 2



O número total de doutores das instituições participantes é de 28.871 sendo que 60% encontram-se lotados na Região Sudeste, o que corresponde a 17.482 doutores. Do total de doutores, 4.312 (15%) concentram-se na Região Sul, 3.695 (13%) na Região Nordeste, 2.650 (9%) na Região Centro-Oeste e 732 (3%) na Região Norte. (gráfico 3).

Gráfico 3

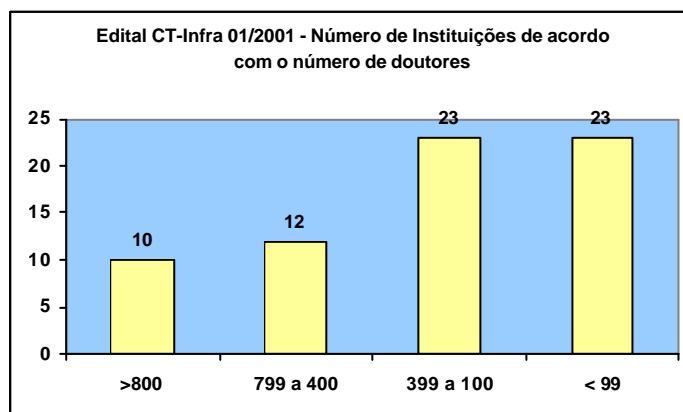


1- Alocação de recursos de acordo com o porte das Instituições

A alocação de recursos para as instituições teve como critério básico o número de doutores. Neste sentido, são consideradas instituições de **Grande Porte** aquelas que possuem mais de 800 doutores. As instituições que possuem entre 400 e 799 doutores foram consideradas, no âmbito deste estudo, como instituições de **Porte Médio-Superior**. Na categoria **Porte Médio-Inferior** estão as instituições que tem entre 100 a 399 doutores e as de **Pequeno Porte** são as instituições que possuem menos de 99 doutores. Vinculado ao número de doutores estão os tetos máximos das propostas como já visto na tabela 1.

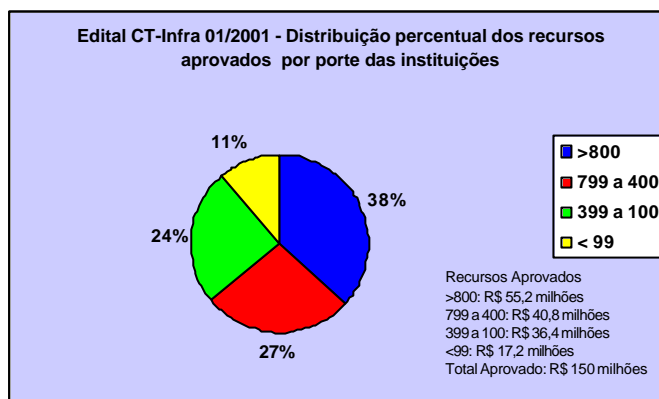
Das 68 instituições que participaram do Edital CT-Infra 01/2001 e tiveram recursos aprovados, 10 tem mais de 800 doutores. Outras 12 instituições possuem entre 400 e 799 doutores, e 23 possuem entre 100 e 399 doutores. O número de instituições que possuem menos de 99 doutores é 23 instituições. (gráfico 4).

Gráfico 4



As Instituições com mais de 800 doutores concentraram aproximadamente 38% dos R\$ 150 milhões de reais alocados através do Edital CT-Infra 01/2001. As instituições de porte médio-superior (400 a 799 doutores) ficaram com 27% do total. As instituições de porte médio-inferior ficaram com 17% do total, sendo que as instituições de pequeno porte (menos de 99 doutores) receberam 11% dos recursos. (gráfico 5).

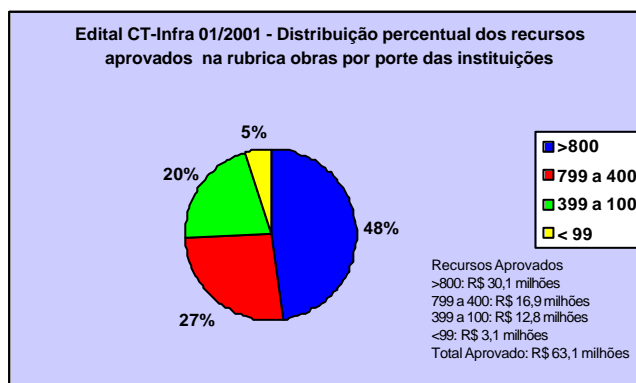
Gráfico 5



O total de recursos distribuídos para a execução de obras no âmbito do Edital CT-Infra 01/2001 foi de R\$ 63,1 milhões. Para a aquisição de Material Permanente foram alocados R\$ 81 milhões e para o pagamento de Serviços foram distribuídos R\$ 5,7 milhões.

No que tange a rubrica “Obras” a maior parte dos recursos, 48%, foi destinada a instituições de grande porte. As instituições de porte médio-superior ficaram com 27%. As instituições de porte médio-inferior obtiveram 20% dos recursos voltados para obras e as instituições de pequeno porte alocaram 5%. (gráfico 6).

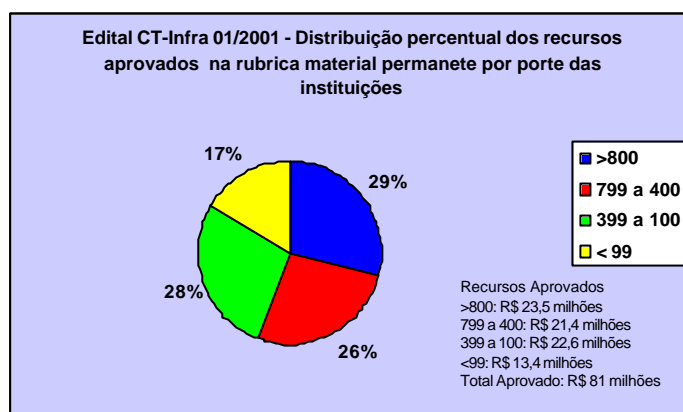
Gráfico 6



Dos R\$ 81 milhões destinados para a aquisição de Material Permanente, 29% foram para instituições com mais de 800 doutores (grande porte), outros 28% foram alocados a

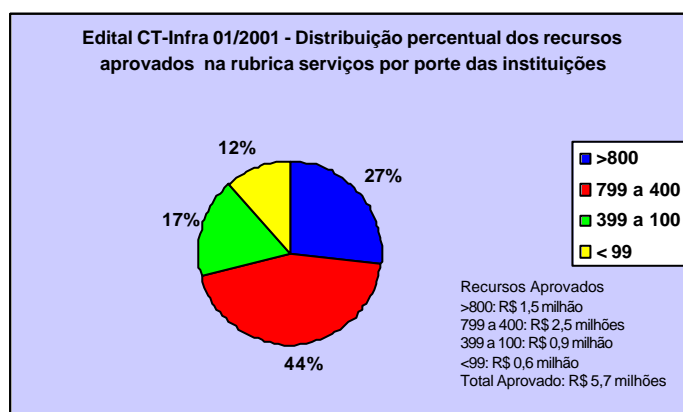
instituições com número de doutores entre 100 e 399 (porte médio-inferior). As instituições com número de doutores entre 400 e 799 (porte médio-superior) ficaram com 26% dos recursos e as instituições com menos 99 doutores (pequeno porte) obtiveram 17% dos recursos. (gráfico 7).

Gráfico 7



O montante de recursos destinados à execução de Serviços foi de R\$ 5,7 milhões. Deste montante 44% foram alocados à instituições com porte médio-superior, 27% foram para instituições de grande porte, 17% destinaram-se à instituições de porte médio-inferior e 12% foram alocados em instituições de pequeno porte. (gráfico 8).

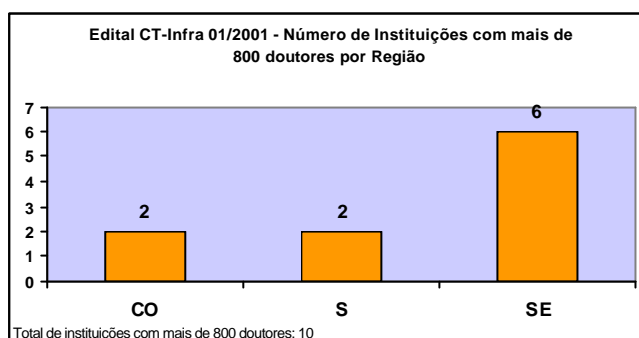
Gráfico 8



3- As Instituições de grande porte

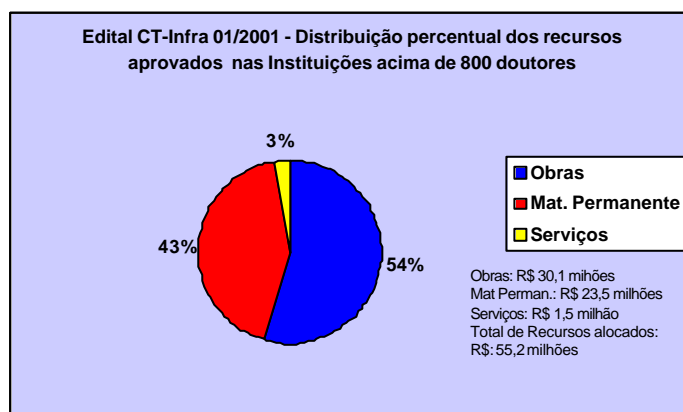
A maior parte das instituições de grande porte (mais de 800 doutores) encontra-se na Região Sudeste, 6 instituições. A Região Centro-Oeste tem 2 instituições com mais de 800 doutores que receberam recursos do Edital CT-Infra 01/2001 e a Região Sul também possui 2 instituições de grande porte. (gráfico 9).

Gráfico 9



A maior parte dos R\$ 55,2 milhões alocados pelo Edital CT-Infra 01/2001 em grandes instituições de Ensino Superior e Pesquisa destinou-se a execução de obras, 54% do total. Outros 43% foram utilizados na aquisição de itens de material permanente e apenas 3% foram utilizadas no pagamento de serviços. (gráfico 10).

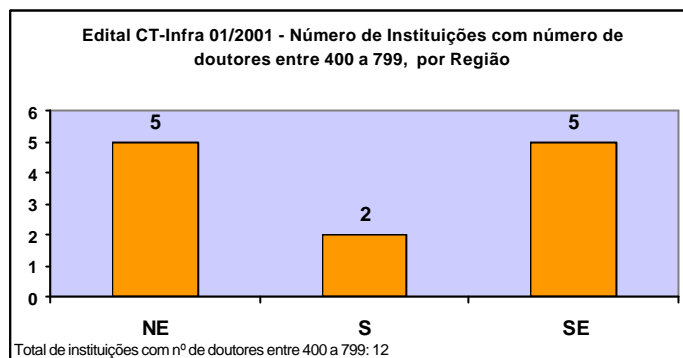
Gráfico 10



4- As Instituições de Porte Médio Superior

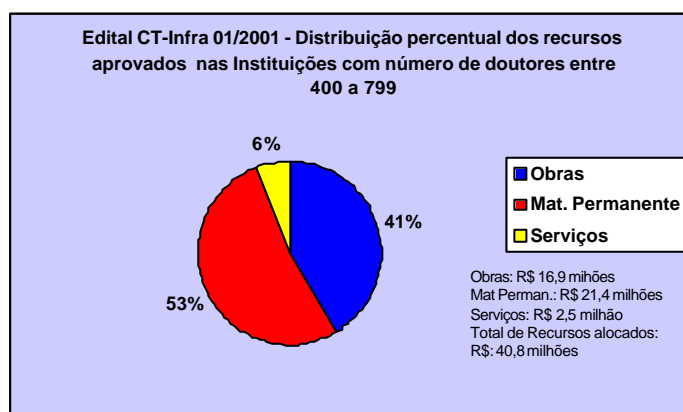
A maior parte das instituições considerada de porte médio-superior encontra-se nas Regiões Sudeste, com 5 instituições e Nordeste, também com 5 instituições. Na Região Sul localizam-se 2 instituições que se enquadram nesta classificação. (gráfico 11).

Gráfico 11



A maior parte dos recursos demandados e aprovados para Instituições de Porte Médio-Superior destinaram-se a aquisição de itens de Material Permanente, 53%. A rubrica Obras absorveu 41% dos recursos e 3% destinaram-se ao pagamento de Serviços. (gráfico 12).

Gráfico 12

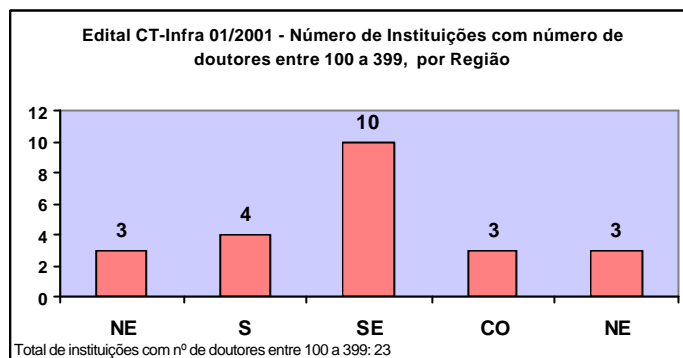


5- Instituições de Porte Médio-Inferior

Do número total de Instituições de Ensino Superior e Pesquisa que obtiveram a aprovação de projetos no âmbito do Edital CT-Infra 01/2001, 23 são consideradas, no âmbito deste estudo, como instituições de porte médio-inferior (número de doutores situado entre 100 a 399). Um número considerável das instituições contidas nesta categoria

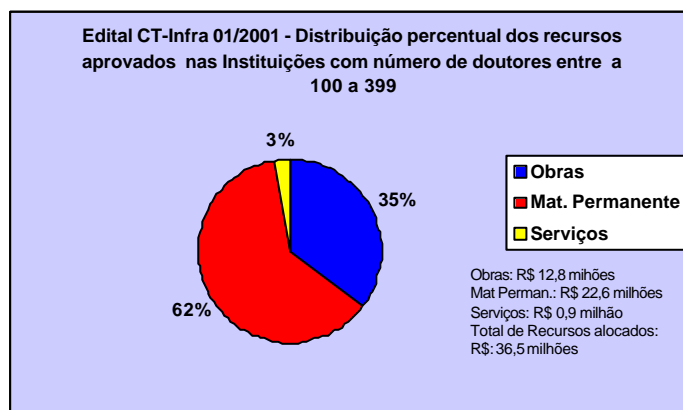
localiza-se na Região Sudeste, 10 instituições. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem, cada uma, 3 instituições de porte médio-inferior. A Região Sul possui 4 instituições com número de doutores entre 100 e 399. (gráfico 13).

Gráfico 13



A aquisição de itens de material permanente absorveu 62% dos recursos demandados e aprovados para as instituições de porte médio-inferior. Para a execução de obras foram demandados 35% dos recursos. O pagamento de serviços mobilizou 4% do montante destinado às instituições classificadas como de porte médio-inferior. (gráfico 14).

Gráfico 14

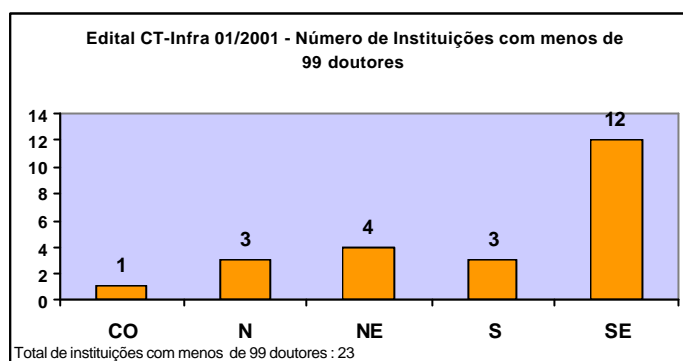


6- Instituições de Pequeno Porte

O Edital CT-Infra 01/2001 aprovou projetos de 23 instituições classificadas como de pequeno porte, ou seja, possuem menos de 99 doutores nos seus quadros docente e/ou de pesquisa. Na Região Sudeste encontram-se 12 destas instituições, na Região Nordeste

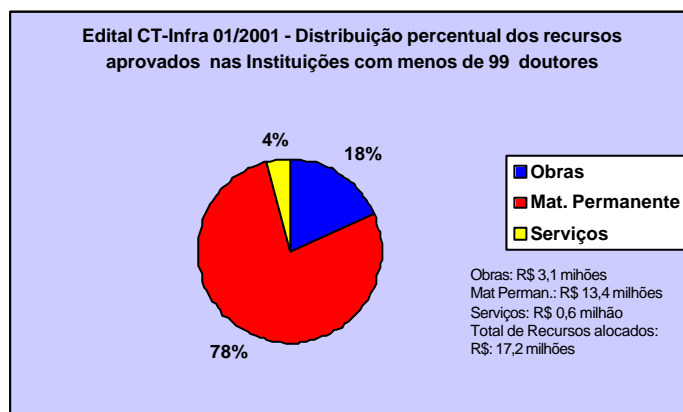
concentram-se 4 instituições com esta classificação. Tanto a Região Sul quanto a Região Norte possuem, cada uma, 3 instituições tida como de pequeno porte e a Região Centro-Oeste apenas 1 instituição. (gráfico 15).

Gráfico 15



Setenta e oito por cento (78%) dos recursos demandados pelas instituições de pequeno porte foram utilizados para a aquisição de itens de material permanente, outros 18% destinaram-se a execução de obras e os 4% restantes foram utilizados para o pagamento de serviços. (gráfico 16).

Gráfico 16



7- Considerações Finais

A análise dos dados levando-se em consideração a classificação das instituições em Grande-Porte, mais de 800 doutores; Porte Médio-Superior, entre 400 e 799 doutores; Porte Médio-Inferior, entre 100 e 399 doutores e Pequeno Porte aponta, novamente, para a questão das desigualdades regionais. A maior parte das instituições concentra-se na Região

Sudeste (gráfico 18). Conseqüentemente o número de doutores (gráfico 17) e o montante de recursos também concentram-se nesta região (gráfico 19).

As instituições de grande porte e porte médio-superior concentram-se também na Região Sudeste. Das 22 instituições classificadas nestas duas categorias 11 localizam-se no Sudeste.

Gráfico 17

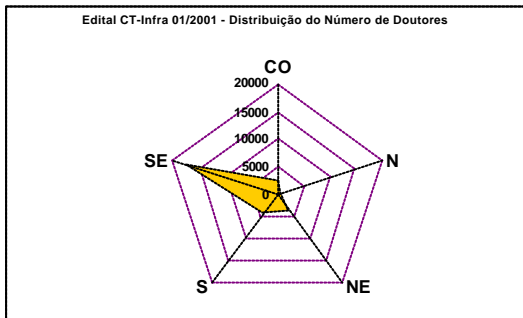


Gráfico 18

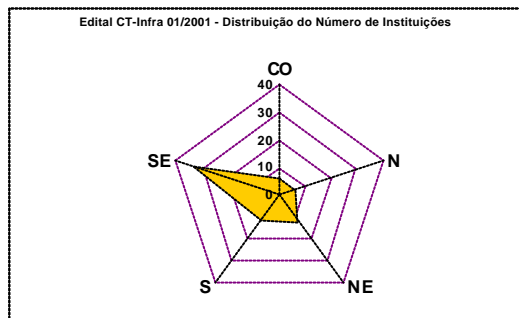
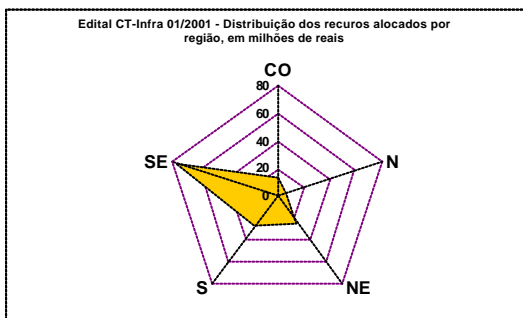


Gráfico 19



Em relação ao tamanho das instituições, a maior parte delas pode ser considerada como instituições de porte médio inferior ou de pequeno porte (gráfico 20). Em decorrência do critério utilizado para a definição dos valores a serem alocados pelos projetos das instituições, que levou em consideração o número de doutores, a maior parte dos recursos ficou concentrada nas instituições de grande porte e de porte médio – inferior e superior. (gráfico 21)

Gráfico 20

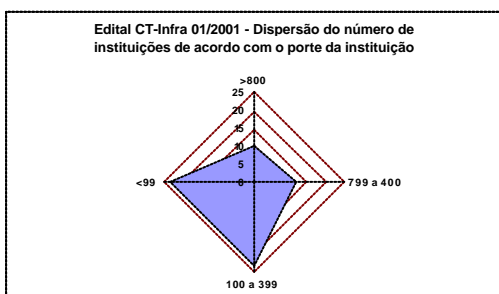
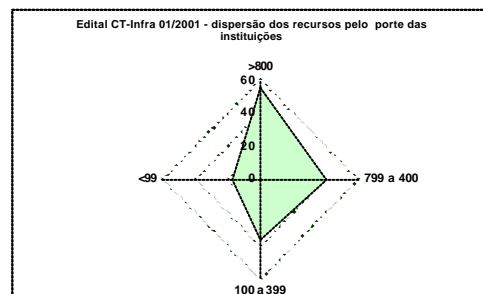


Gráfico 21



Analisando mais detidamente os dados sobre a destinação dos recursos pelas instituições observa-se que quanto menor o porte da instituição maior é a alocação de recursos na rubrica “material permanente”. Inversamente, observa-se que quanto maior é o porte das instituições maior é a alocação de recursos na rubrica “obras”.

**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: METODOLOGIA DE
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CT-
INFRA
SUB-PROJETO: INTERAÇÃO DO CT-INFRA COM OS DEMAIS
FUNDOS**

NOTA TÉCNICA: 09/02

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA E
O APOIO DOS FUNDOS EXCLUINDO OS RECURSOS
ALOCADOS PELO CT-PETRO: PERÍODO 1999-06/2002**

1- Apresentação

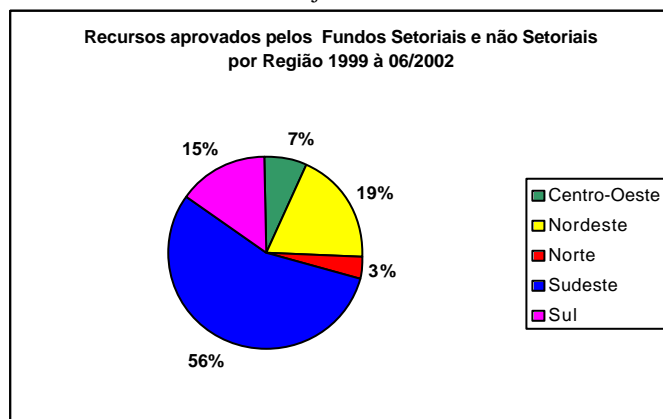
Os Fundos Setoriais e não Setoriais alocaram até julho de 2002 aproximadamente R\$ 748 milhões, por meio de editais e projetos de carteira. Deste total, o CT-Petro foi responsável por R\$ 231 milhões desde o início de suas atividades efetivas em 1999. O CT-Petro tem algumas singularidades em relação aos outros Fundos Setoriais e não Setoriais. A sua legislação define que quarenta por cento, no mínimo, dos recursos provenientes de suas fontes de receita serão aplicados em programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo nas regiões Norte e Nordeste, (Decreto N° 2.851, de 30 de Novembro de 1998). Isto difere sensivelmente das normas legais dos outros Fundos instituídos posteriormente que tem como obrigação destinar, no mínimo, trinta por cento dos recursos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Diante disso, para uma análise mais precisa sobre a alocação regional de recursos através dos Fundos Setoriais e não Setoriais é necessário isolar o montante que corresponde as ações do CT-Petro.

2- Distribuição dos recursos aprovados pelos Fundos Setoriais e não Setoriais por Região

A maior parte dos recursos distribuídos pelos Fundos Setoriais e não Setoriais foi para a Região Sudeste com 56% do total. A Região Nordeste recebeu o equivalente a 19% de todos os recursos, seguida pela Região Sul com 15%. A Região Centro-Oeste obteve 7% do total e a Região Norte ficou com 3% (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1
Recursos Aprovados pelos Fundos Setoriais e não Setoriais por região,
1999 a julho de 2002



Excluindo os recursos alocados pelo Fundo Setorial de Petróleo, que totalizaram aproximadamente R\$ 231 milhões, a distribuição dos recursos adquire o seguinte perfil: A Região Sudeste passa de 56% para 54%, A Região Nordeste de 19% cai para 14%, a Região Sul passa de 15% para 19%, a Região Centro Oeste aumenta sua participação de 7% para 9% e a Região Norte amplia sua participação em um ponto percentual passando de 3% para 4%. (Gráfico 2 e Tabela 1).

Gráfico 2
Recursos Aprovados pelos Fundos Setoriais e não Setoriais por região,
excluindo o CT-Petro
1999 a julho de 2002

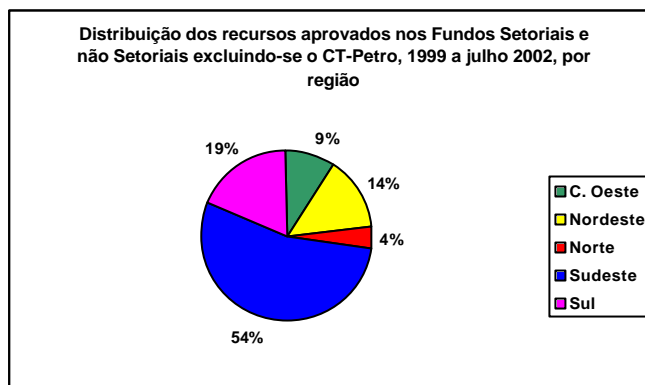


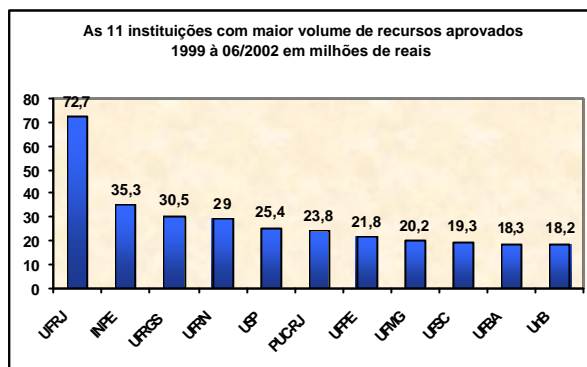
Tabela 1
Recursos aprovados pelos Fundos Setoriais
e não Setoriais por região, 1999 a julho de 2002

Região	Recursos Totais (em R\$)	Recursos CT-Petro (em R\$)	Recursos totais menos CT-Petro (em reais)	CT-Petro (%)
Centro-Oeste	52.483.521	6.386.191	46.097.330	12,02
Nordeste	138.738.932	70.600.504	68.138.428	50,90
Norte	24.793.890	5.279.964	19.513.926	21,05
Sudeste	409.767.023	126.998.521	282.768.502	30,97
Sul	112.649.004	22.362.909	90.286.095	19,80
RH p/ Inovação	9.748.679	-	-	-
TOTAL	748.184.296	231.628.089	516.651.470	

3- As 11 instituições com maior volume de recursos aprovados

As 11 instituições com o maior volume de recursos aprovados somaram aproximadamente R\$ 315 milhões, o que corresponde a 42,11% do total. Destes R\$ 315 milhões, R\$ 143 milhões foram alocados no CT-Petro, o equivalente a 45,39%. A instituição com maior volume de recursos aprovados pelos editais e projetos de carteira de dos Fundos Setoriais e não Setoriais foi a UFRJ, com R\$ 72,2 milhões, o que equivale a 9,6% do total geral. (Gráfico 4 e Tabela 2).

Gráfico 4
 Instituições com maior volume de recursos aprovados pelos
 Fundos Setoriais e não Setoriais,
 1999 a julho 2002



Excluindo os recursos do CT-Petro, as 11 instituições com maior volume de recursos somam aproximadamente R\$ 190 milhões. A instituição com maior volume de recursos aprovados é o INPE com aproximadamente R\$ 35,5 milhões. (Gráfico 5 e Tabela 2 e 3).

Gráfico 5
 Instituições com maior volume de recursos aprovados pelos
 Fundos Setoriais e não Setoriais, excluindo o CT-Petro,
 1999 a julho 2002

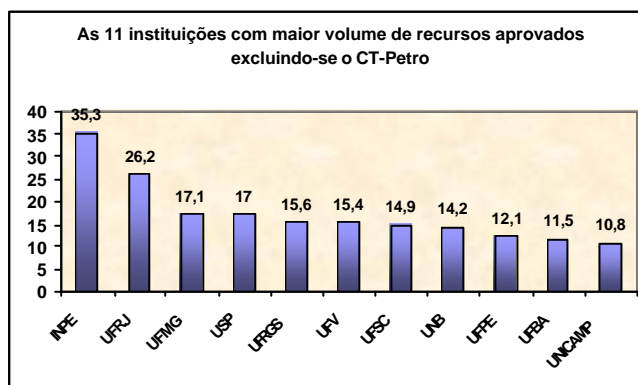


Tabela 2
Relação das Instituições com maior volume de recursos aprovados
pelos Fundos Setoriais e não Setoriais , 1999 a julho de 2002

Instituição	Posição	Recursos Totais (em R\$)	Recursos CT-Petro (em R\$)	CT-Petro (%)
UFRJ	1 ^a	72.708.279	46.449.013	64,08
INPE	2 ^a	35.376.968	18.571	0,05
UFRGS	3 ^a	30.569.943	14.942.776	48,8
UFRN	4 ^a	29.026.267	22.191.852	76,2
USP	5 ^a	25.547.991	8.543.248	37,7
PUC-RJ	6 ^a	23.816.818	22.966.715	96,2
UFPE	7 ^a	21.850.164	9.668.816	44,03
UFMG	8 ^a	20.291.400	3.237.979	15,8
UFSC	9 ^a	19.380.143	4.390.199	22,2
UFBA	10 ^a	18.292.081	6.780.785	36,8
UnB	11 ^a	18.215.571	3.937.407	21,4
UNICAMP*	12 ^a	16.974.177	6.082.964	31,7
UFV*	13 ^a	16.300.597	880.292	4,9

Tabela 3
Relação das Instituições com maior volume de recursos aprovados
pelos Fundos Setoriais e não Setoriais, excluindo o CT -Petro, 1999 a julho de 2002

Instituição	Recursos excluindo o CT - Petro	Posição	Posição Anterior (incluindo os recursos do CT-Petro)
INPE	35.358.997	1 ^a	2 ^a
UFRJ	26.259.266	2 ^a	1 ^a
UFMG	17.053.421	3 ^a	8 ^a
USP	17.004.743	4 ^a	5 ^a
UFRGS	15.627.167	5 ^a	3 ^a
UFV*	15.405.703	6 ^a	13 ^a
UFSC	14.989.944	7 ^a	9 ^a
UnB	14.278.164	8 ^a	11 ^a
UFPE	12.181.348	9 ^a	7 ^a
UFBA	11.511.290	10 ^a	10 ^a
UNICAMP*	10.891.213	11 ^a	12 ^a
UFRN	6.834.415	22 ^a	4 ^a
PUC-RJ	850.203	108 ^a	6 ^a

4- Dados Regionais

4.1- Região Centro -Oeste

Gráfico 6
Distribuição dos recursos aprovados por fundo 1999 a junho de 2002

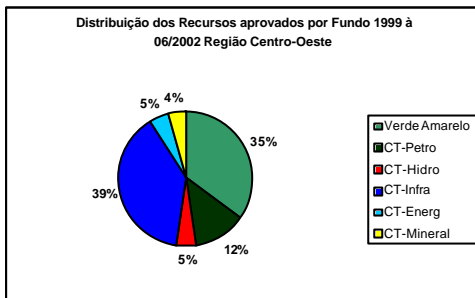
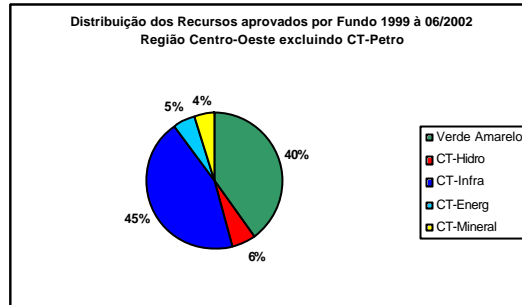


Gráfico 7
Distribuição dos recursos aprovados por fundo de 1999 a julho de 2002 excluindo o CT-Petro



4.2-Região Nordeste

Gráfico 8
Distribuição dos recursos aprovados por fundo 1999 a junho de 2002

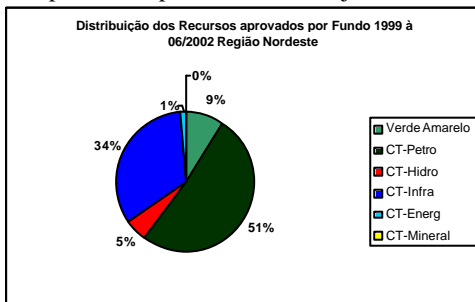
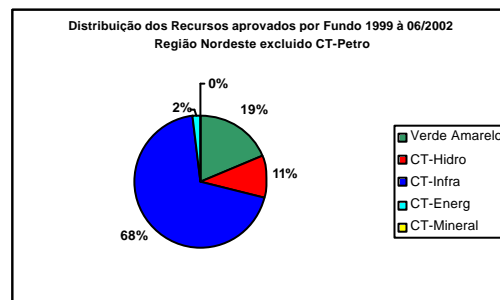


Gráfico 9
Distribuição dos recursos aprovados por fundo de 1999 a julho de 2002 excluindo o CT-Petro



4.3- Região Norte

Gráfico 10
Distribuição dos recursos aprovados por fundo 1999 a junho de 2002

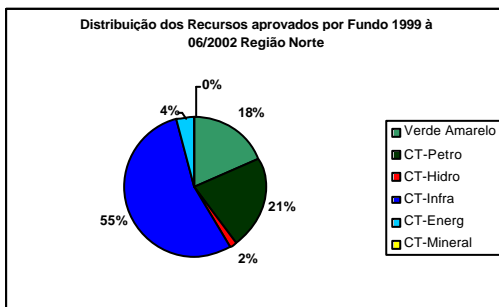
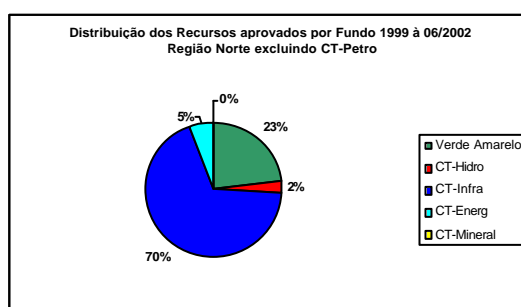


Gráfico 11
Distribuição dos recursos aprovados por fundo de 1999 a julho de 2002 excluindo o CT-Petro



4.4- Região Sudeste

Gráfico 12
Distribuição dos recursos aprovados por fundo 1999 a junho de 2002

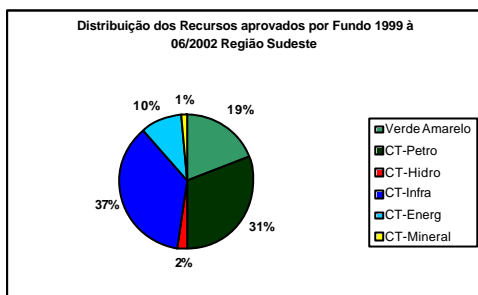
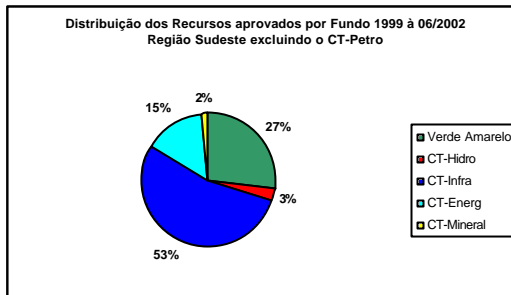


Gráfico 13
Distribuição dos recursos aprovados por fundo de 1999 a julho de 2002 excluindo o CT-Petro



4.5-Região Sul

Gráfico 14
Distribuição dos recursos aprovados por fundo 1999 a junho de 2002

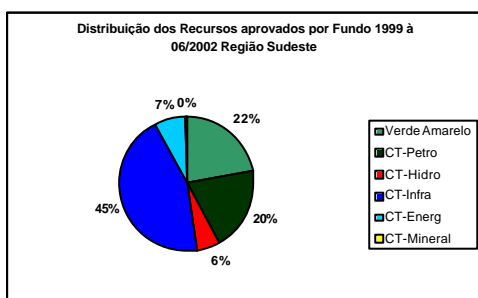
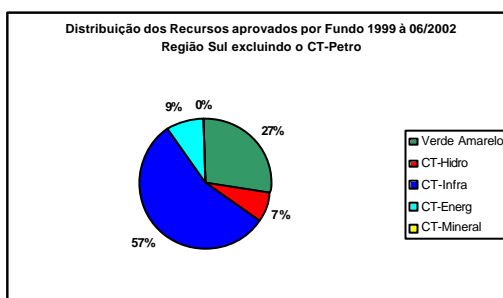


Gráfico 15
Distribuição dos recursos aprovados por fundo de 1999 a julho de 2002 excluindo o CT-Petro



**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: METODOLOGIA DE
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CT-
INFRA
SUB-PROJETO: INTERAÇÃO DO CT-INFRA COM OS DEMAIS
FUNDOS**

NOTA TÉCNICA: 10/02

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA E
O APOIO DOS FUNDOS: PERÍODO 1999-06/2002
(Revisão dos dados do Fundo Setorial de Petróleo)**

OUTUBRO/2002

1- Apresentação

A presente Nota Técnica apresenta os dados revisados do atendimento institucional efetuado pelos Fundos até 30/06/2002. A revisão dos dados coletados e apresentados anteriormente, na nota Técnica número 06 de 2002 da Secretaria Técnica do Fundo de Infra-estrutura, fez-se necessária tendo em vista a discrepância entre os dados coletados em junho de 2002 e os dados obtidos em outubro de 2002 na Secretaria Técnica do CT-Petro sobre as ações do Fundo Setorial do Petróleo.

2- As ações do CT-Petro

Os dados referentes ao CT-Petro compreendem as seguintes ações:

Tabela 1
Ano 1999

Ações	Número de convênios	Valor Total Comprometido
ANP – CNPQ	1	8.783.400
BID	21	2.826.289
CENPES	27	54.821.564
EDITAL 01/1999	19	18.135.555
ENCOMENDA	3	21.109.778
FNDCT	4	2.685.828
PADCT	22	3.980.275
SINAPAD	18	21.809.620
Total de Convênios	115	140.152.311

Tabela 2
Ano 2000

Ações	Número de convênios	Valor Total Comprometido
ANP – CNPQ	2	8.783.400
EDITAL 01/2000	12	2.826.289
EDITAL 02/2000	6	54.821.564
EDITAL 03/2000	126	18.135.555
EDITAL 04/2000	16	21.109.778
ESTUDOS E EVENTOS	13	2.685.828
Total de Convênios	175	140.152.311

Tabela 3
Ano 2001

Ações	Número de convênios	Valor Total Comprometido
ANP – CNPQ	1	7.014.542
EDITAL 00/2001	167	39.902.567
EDITAL 03/2001	13	35.832.014
EDITAL 04/2001	12	4.365.394
ESTUDOS E EVENTOS	13	12.239.611
SINAPAD	1	867.000
Total de Convênios	207	100.221.130

No estudo realizado na Nota Técnica 06/2002 o CT-Petro teria alocado em 1999 aproximadamente de R\$ 136,7 milhões e os dados mais recentes atestam a quantia de R\$ 140,1 milhões. Esta diferença foi decorrente da não inclusão dos recursos distribuídos para o INPA no total de R\$ 868.100,00, para o MPEG compreendendo R\$ 1.000.000,00, para a UA somando R\$ 1.000.000,00 e para a UTAM adicionando R\$ 534.474,00. Os recursos destas quatro instituições somam R\$ 3.402.574,00 aos valores apresentados na Nota Técnica 06/2002 o que confere com os dados repassados pela Secretaria Técnica do CT-Petro.

Em relação ao ano de 2000, a Nota Técnica 06/2002 não incluiu a totalidade dos recursos referentes as ações da ANP e do CNPq que foram da ordem de R\$ 36,9 milhões. Deste total a Nota Técnica 06/2000 computou apenas a parcela de R\$ 6,9 milhões, gerando uma diferença de aproximadamente R\$ 30 milhões. A este valor deve-se somar ainda uma diferença de aproximadamente R\$ 1 milhão decorrentes de erros de cálculo na formação dos totais correspondentes a cada instituição.

As informações sobre as ações do CT-Petro no ano de 2001 apresentadas pela Nota Técnica 06/2002 incluíram apenas as ações efetuadas no âmbito da ANP e do CNPq que totalizaram aproximadamente R\$ 6,9 milhões. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria Técnica do CT-Petro o montante de recursos distribuídos pelo respectivo fundo foi de R\$ 100,2 milhões. Diante disso a diferença entre os valores computados pela Nota Técnica 06/2002 e os dados da Secretaria Técnica do CT-Petro para o ano de 2001 é de R\$ 93,3 milhões. (Tabela 4).

Tabela 4
Diferença entre os resultados apresentados
Nota Técnica 06/2002 e ST-CT –Petro

Ano	Nota Técnica 06/2002 (em milhões de reais)	ST – CT-Petro (em milhões de reais)	Diferença (em milhões de reais)
1999	136,7	140,1	3,4
2000	88,5	119,9	31,4
2001	6,9	100,2	93,3
Total	232,2	360	128,1

Levando em consideração a revisão dos dados efetuada com as informações da Secretaria Técnica do CT-Petro os dados sobre o aporte dos Fundos Setoriais e não Setorial adquire um novo perfil como poderá ser constatado a seguir.

Quadro Geral

O total de instituições participantes dos Fundos Setoriais e não Setoriais é de 269 sendo que os recursos totais investidos no período de 1999 a junho de 2002 foram de R\$ 876,2 milhões de reais.

O CT-Petro distribuiu de 1999 a junho de 2002 cerca de R\$ 360 milhões de reais, o CT-Infra aprovou o montante de R\$ 280 milhões, o Fundo Verde Amarelo R\$ 146 milhões, o CT-Energ distribuiu R\$ 55 milhões o CT-Hidro R\$ 26 milhões e o CT-Mineral R\$ 7 milhões (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1

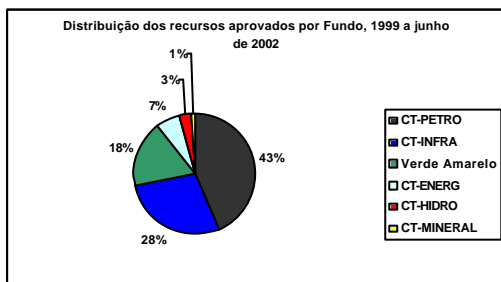
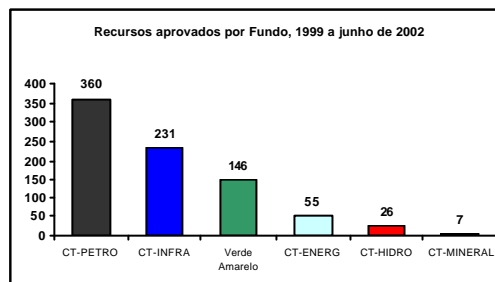


Gráfico 2



A análise regional dos recursos distribuídos pelos Fundos efetuada na Nota Técnica 06/2002 não contemplou os dados totais do CT-Petro. Os dados atualizados ainda apresentam uma diferença de aproximadamente R\$ 47 milhões que se refere a ações correspondentes a ações ANP e do CNPq no ano de 2000 as quais a Secretaria Técnica do CT-Infra não identificou o destino destes recursos no que tange a localização regional e Institucional. Diante disso, o gráfico abaixo mostra a distribuição regional dos recursos dos Fundos Setoriais e não Setoriais que somam um total aproximado de R\$ 830 milhões. As Regiões Sul e Centro-Oeste mantiveram os mesmos percentuais de participação na análise atualizada, o Sul permaneceu com 15% do total dos recursos e o Centro-Oeste ficou com 7%. A Região Sudeste reduziu em três pontos percentuais, passando de 56% para 53%, a Região Nordeste ampliou em dois pontos percentuais, saltando de 19% para 21% e a Região Norte elevou sua participação nos recursos totais aprovados pelos Fundos de 3% para 4%. (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3

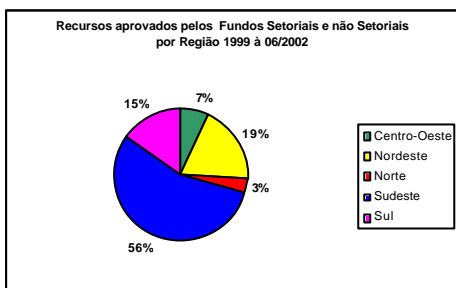
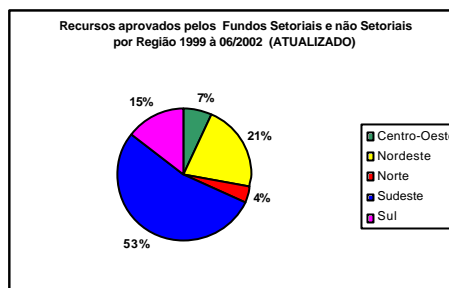


Gráfico 4



A análise institucional dos recursos distribuídos pelos Fundos Setoriais e não Setoriais, com os dados revisados do CT-Petro, constituirá em atividade a ser realizada pela Secretaria Técnica do CT-Infra no decorrer do quarto trimestre de 2002.

**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: METODOLOGIA DE
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CT-
INFRA
SUB-PROJETO: INTERAÇÃO DO CT-INFRA COM OS DEMAIS
FUNDOS**

NOTA TÉCNICA: 11/02

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA E
O APOIO DOS FUNDOS: PERÍODO 1999-06/2002
(Observações sobre a metodologia e as definições utilizadas para
a elaboração da Nota Técnica 06/2002 e para a apresentação do
Fundo de Infra-estrutura para os representantes da FINEP em
outubro de 2002)**

OUTUBRO/2002

1- Apresentação

Esta nota técnica tem por objetivo tecer algumas observações sobre os dados apresentados sobre o Apoio dos Fundos Setoriais e não Setoriais de 1999 a junho de 2002 que constam na Nota Técnica 06/2002 e no conjunto de telas elaboradas para a Diretoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para a apresentação do CT-Infra junto a representantes da FINEP.

2- O apoio dos Fundos Setoriais e não Setoriais as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa – Metodologia.

Os dados que constam na Nota Técnica 06/2002 e no conjunto de telas elaboradas pela Secretaria Técnica do CT-Infra para a reunião entre a diretoria do CGEE e a Finep foram coletados, primeiramente, de fontes abertas de informações como a publicação “Fundos Setoriais: execução 2001” e também das páginas da FINEP, do CNPq e do MCT disponíveis na Internet. Num segundo momento, os dados foram complementados por informações coletadas junto as Secretarias Técnicas dos Fundos Setoriais e não Setoriais.

2.1 - As Instituições

Na análise efetuada pela Secretaria Técnica do CT-Infra considerou-se, para efeito de identificação, a instituição executora dos projetos. Neste sentido, podem existir algumas discrepâncias com outros estudos que consideram as instituições proponentes para efeito de identificação.

2.2 – As Regiões

Diante do exposto no item 2.1, os dados sobre a distribuição regional podem apresentar alguma diferença, pois nos estudos realizados pela Secretaria Técnica do CT-Infra levou-se em consideração apenas a localização da instituição executora. Existem exemplos de instituições proponentes localizadas na região Sudeste cuja instituição executora localiza-se na região Nordeste. Neste caso considera-se que o projeto está vinculado à região Nordeste.

2.3 – As Fundações

O estudo realizado pela Secretaria Técnica do CT-Infra sobre o apoio institucional dos Fundos as Instituições de Ensino Superior e Pesquisa considerou, num primeiro momento, os recursos alocados para as Fundações de Instituições de Ensino Superior em separado daqueles que foram alocados para a IES propriamente ditas. Após a primeira compilação dos dados, a Secretaria Técnica do CT-Infra foi instruída a considerar que os recursos alocados nas Fundações das IES deveriam ser somados aos recursos das próprias IES. Por exemplo, se um projeto num determinado fundo foi contratado pela Fundação Universidade de Brasília, considera-se que este recurso foi alocado para a Universidade de Brasília.

3- Os dados do CT-Petro

Os dados sobre o CT-Petro não foram totalmente desagregados pela Secretaria Técnica do CT-Infra tendo-se em vista o fato de que as informações sobre as ações realizadas, especificamente, pela a ANP e pelo CNPQ no ano de 2000 não foram obtidas. A Secretaria Técnica do CT-Petro forneceu informações precisas e detalhadas sobre os valores totais alocados e executados naquelas e em outras ações. Diante disso, a Secretaria Técnica do CT-Infra, está procedendo a revisão dos dados compilados.

4- Localização e origem dos dados na Apresentação do Fundo de Infra-estrutura para a FINEP

Telas 3 a 30: Telas elaboradas a partir do estudo encomendado pelo CGEE sobre as principais características do Edital CT- Infra 01/2001

Telas 31 a 38: Telas elaboradas pela Secretaria Técnica do CT-Infra a partir dos dados compilados pelo estudo realizado sobre o Edital CT-Infra 01/2001

Telas 40 a 44: Telas elaboradas a partir dos dados coletados pela Secretaria Técnica do CT-Infra.

Telas 45 a 53: Telas elaboradas a partir dos dados coletados pela Secretaria Técnica do CT-Infra junto as outras Secretarias dos Fundos Setoriais e por meio de informações abertas disponíveis em relatórios públicos e outro meios de informação.

Telas 54 a 62: Telas elaboradas a partir de estudos e análises efetuadas pela Secretaria Técnica do CT-Infra



**CT-INFRA
SECRETARIA TÉCNICA**

**PROJETO: METODOLOGIA DE
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CT-
INFRA
SUB-PROJETO: INTERAÇÃO DO CT-INFRA COM OS DEMAIS
FUNDOS**

**CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES
PARTICIPANTES DOS FUNDOS SETORIAIS E NÃO SETORIAIS
POR TIPO E PORTE**

NOTA TÉCNICA:CT-INFRA 12/02

Dezembro/2002

1-Introdução

O objetivo desta Nota Técnica é efetuar uma análise preliminar do universo das instituições que participaram dos editais e demais ações implementadas pelos Fundos Setoriais e não Setoriais a partir de 1999. Neste sentido, o foco principal deste estudo será a caracterização das instituições de acordo com uma classificação elaborada pela Secretaria Técnica do Fundo de Infra-Estrutura apresentada no item 2.

2- Classificação das Instituições

No âmbito deste estudo as instituições participantes dos editais e ações dos Fundos Setoriais e não Setoriais foram classificadas por:

a) Tipo

Neste item as instituições podem ser:

- **Instituições de Ensino Superior**
- **Institutos de Pesquisa.** Enquadram-se nesta categoria os Institutos de Pesquisa, Centros de Pesquisa, Unidades de Pesquisa e Laboratórios que não pertencem a IES.
- **Fundações.** Compreendem também os Parques Tecnológicos e fundações que abrigam empresas públicas públicas incubadoras.
- **Organizações:** São classificadas como tal as Organizações Cívicas de Interesse Público, as Organizações Sociais, as Organizações Cívicas, Organizações de Classe, as Sociedades, as Associações e o Sistema “S” (Senai, Sebrae, Senac, Sesc).
- **Órgãos de Governo :** Secretarias, Autarquias, Agências e etc.
- **Empresas Públicas**

É necessário esclarecer que as instituições que foram objeto de análise são as executoras dos projetos e não as instituições proponentes. Diante disso, podem verificar-se algumas discrepâncias com estudos semelhantes.

b) Natureza Administrativa

- **Pública**
- **Privada**

c) Esfera de Governo, no caso das instituições públicas

- **Federal**
- **Estadual**
- **Municipal**

d) Porte da Instituição e Número de Doutores

O critério para a determinação do porte das instituições que participaram dos editais e demais ações dos Fundos Setoriais e não Setoriais levou em consideração o número de doutores declarados pelas próprias instituições. Neste sentido, são consideradas instituições de **Grande Porte** aquelas que possuem mais de 800 doutores. As instituições que possuem entre 400 e 799 doutores foram consideradas, no âmbito deste estudo, como instituições de **Porte Médio-Superior**. Na categoria **Porte Médio-Inferior** estão as instituições que tem entre 100 a 399 doutores e as de **Pequeno Porte** são as instituições que possuem menos de 99 doutores.

3- Análise dos dados coletados

O universo deste estudo é constituído por aquelas instituições que participaram dos Editais e demais ações dos Fundos Setoriais e não Setoriais de 1999 à junho de 2001. Entre 1999 e 2000 todos os editais e ações de carteira de projetos foram realizadas no âmbito do CT-Petro. Este quadro é sensivelmente modificado com a entrada em operação dos outros Fundos Setoriais e não Setoriais a partir de 2001. O número total de instituições analisadas foi de 278, sendo que os dados de 7 instituições estão incompletos .

3.1- Brasil

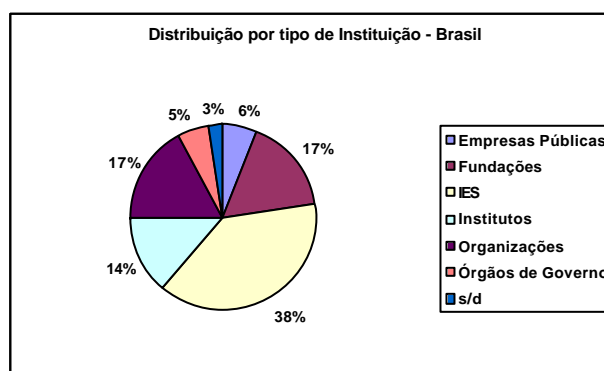
3.1.1 – Tipo da Instituição

Das 278 instituições analisadas 38% correspondem a Instituições de Ensino Superior, 17% enquadram-se como Fundações, outros 17% podem ser classificadas como Organizações, 14% são Institutos de Pesquisa, 6% Empresas públicas públicas e 5% Órgãos de Governo. (Gráfico 1 e Tabela 1).

Tabela 1

Tipo da Instituição	nº
Empresas públicas pública s Públicas	17
Fundações	46
IES	106
Institutos	39
Organizações	48
Órgãos de Governo	15
s/d	7
Total	278

Gráfico 1



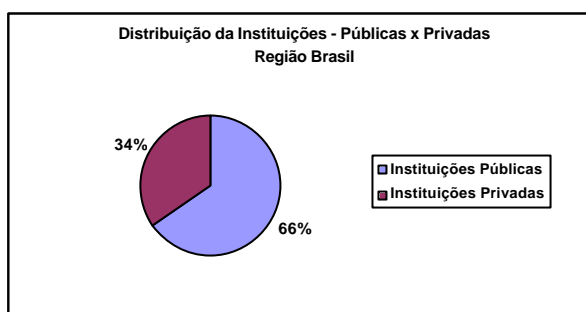
3.1.2 – Natureza Administrativa

Quanto a natureza administrativa do universo de instituições, 66% correspondem a instituições públicas e 34% são enquadradas como instituições privadas. (Gráfico 2 e Tabela 2).

Tabela 2

Natureza Administ	nº
Instituições Públicas	178
Instituições Privadas	93
s/d	7
Total	278

Gráfico 2



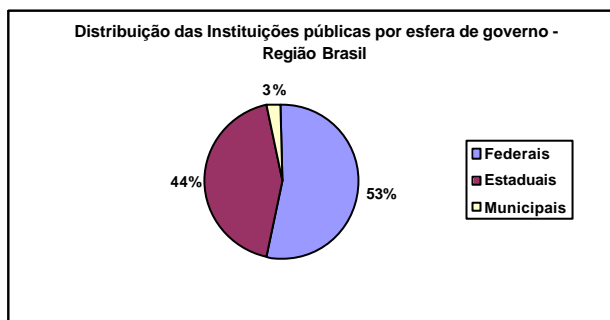
3.1.3 – Esfera de Governo

As instituições públicas perfazem o total de 178 instituições e destas 53% são instituições federais, 44% são estaduais e 3% são municipais. (Gráfico 3 e Tabela 3).

Tabela 3

Instituições	Nº
Federais	95
Estaduais	78
Municipais	5
Total	178

Tabela 3



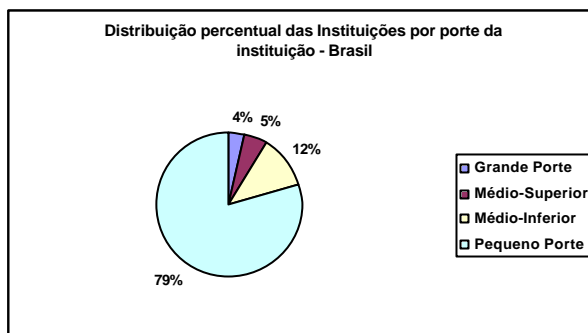
3.1.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

De acordo com o critério utilizado para classificar o porte das instituições verifica-se que a maior parte delas, 79%, pode ser considerada como instituições de pequeno porte. As instituições consideradas de grande porte correspondem a 4%. Aquelas enquadradas como de porte médio superior correspondem a 5% do total. As instituições de porte médio inferior perfazem 12% do total (Tabela 4 e Gráfico 4).

Tabela 4

Porte	nº
Grande Porte	10
Médio-Superior	13
Médio-Inferior	32
Pequeno Porte	216
Total	271

Gráfico 4

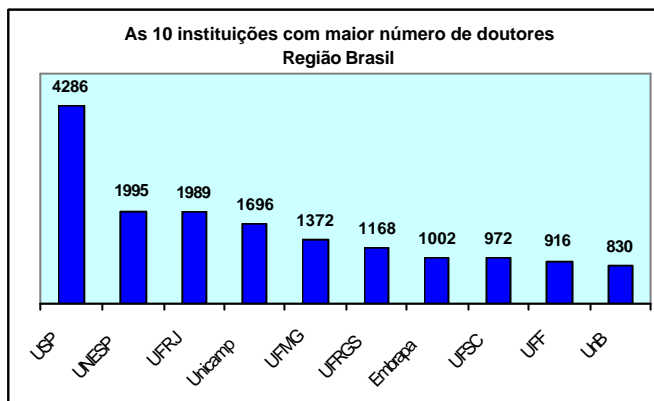


Das 10 instituições com maior número de doutores no Brasil, 6 encontram-se na Região Sudeste (USP, UNESP, UFRJ, Unicamp, UFMG e UFF), 2 estão localizadas na Região Sul (UFRGS e UFSC), 2 estão na Região Centro-Oeste (Embrapa e UnB). (Tabela 5 e Gráfico 5).

Tabela 5

Instituição	nº Dr
USP	4286
UNESP	1995
UFRJ	1989
Unicamp	1696
UFMG	1372
UFRGS	1168
Embrapa	1002
UFSC	972
UFF	916
UnB	830

Gráfico 5



Deve-se observar que o total de doutores da Embrapa está arbitrariamente alocado em sua sede no Distrito Federal

3.2- Centro-Oeste

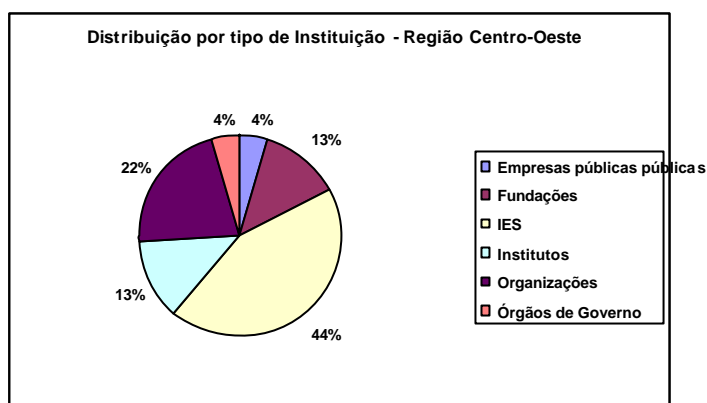
3.2.1 – Tipo da Instituição

O Centro-Oeste possui 23 instituições participantes nos Fundos Setoriais e não Setoriais, destas 44% são Instituições de Ensino Superior (IES). As Organizações participam com 22%. Institutos de Pesquisa e Fundações participam, ambos, com 13% e as organizações, bem como as empresas públicas participam, cada um, com 4% do total. (Tabela 6 e Gráfico 6).

Tabela 6

Tipo de Instituição	nº
Empresas públicas públicas	1
Fundações	3
IES	10
Institutos	3
Organizações	5
Órgãos de Governo	1
Total	23

Gráfico 6



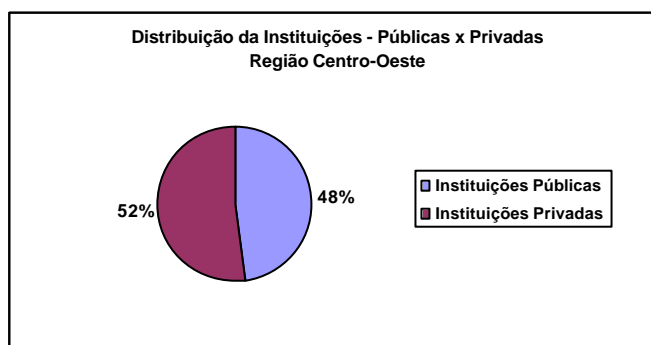
3.2.2 – Natureza Administrativa

Na Região Centro-Oeste tanto as instituições públicas correspondem a 48% e as privadas compreendem a 52% do total. (Gráfico 7 e Tabela 7).

Tabela 7

Instituições Públicas	11
Instituições Privadas	12
s/d	0
Total	23

Gráfico 7



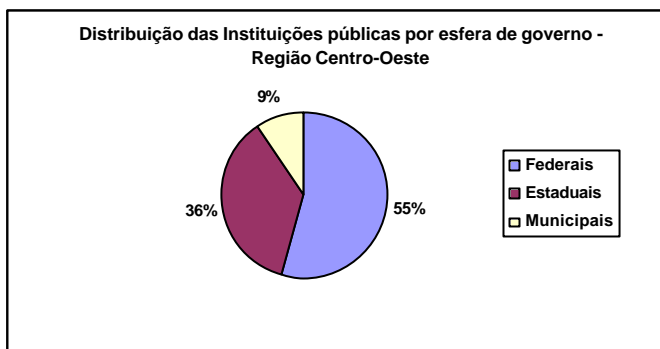
3.2.3 – Esfera de Governo

No que tange a distribuição por esfera de governo das instituições públicas, 55% compreendem a instituições federais, 36% a instituições estaduais e 9% a instituições municipais. (Tabela 8 e Gráfico 8).

Tabela 8

Federais	6
Estaduais	4
Municipais	1
Total	11

Tabela 8



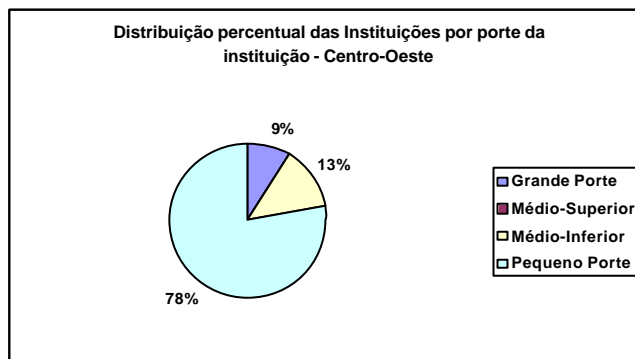
3.2.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

A distribuição das instituições de acordo com seu porte na Região Centro-Oeste apresenta o seguinte perfil: 78% das instituições que participaram de ações e editais dos Fundos Setoriais e não Setoriais são consideradas de pequeno porte, 13% enquadram-se na categoria de porte médio-inferior e 9% são consideradas como instituições de grande porte (Tabela 9 e Gráfico 9).

Tabela 9

Grande Porte	2
Médio-Superior	0
Médio-Inferior	3
Pequeno Porte	18
Total	23

Gráfico 9

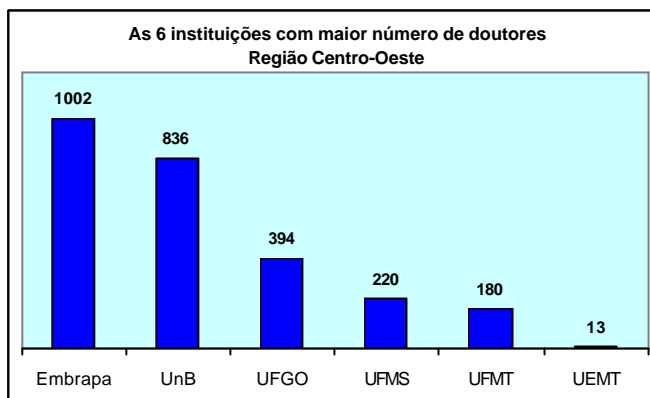


As maiores instituições que participaram dos Fundos Setoriais e não Setoriais na Região Centro-Oeste foram a Embrapa, a UnB, a UFGO, a UFMS, a UFMT e a UEMT. (Tabela 10 e Gráfico 10).

Tabela 10

Instituição	nº Dr
Embrapa	1002
UnB	836
UFGO	394
UFMS	220
UFMT	180
UEMT	13

Gráfico 10



3.3- Nordeste

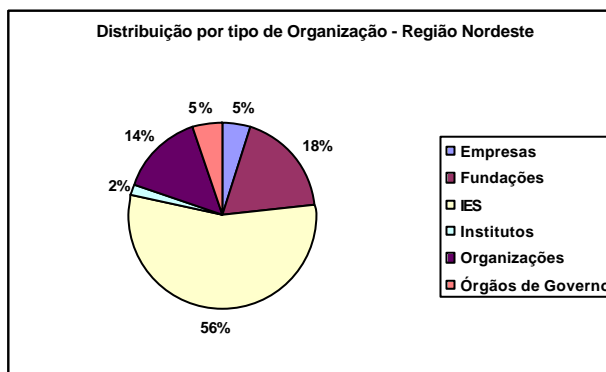
3.3.1 – Tipo da Instituição

Do total de instituições que participaram dos Fundos Setoriais e não Setoriais, 56% são Instituições de Ensino Superior, 18% são fundações, 14% compreendem as organizações. Tanto empresas públicas como órgãos de governo correspondem, ambos a 5% do total e a participação dos institutos de pesquisa foi de 2%.

Tabela 11

Tipo de Instituição	nº
Empresas públicas	3
Fundações	10
IES	31
Institutos	1
Organizações	8
Órgãos de Governo	3
Total	56

Gráfico 11



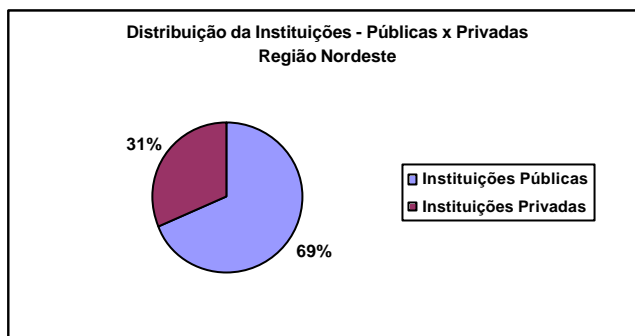
3.3.2 – Natureza Administrativa

Na Região Nordeste 69% das instituições são públicas e 31% privadas (Tabela 12 e Gráfico 12).

Tabela 12

Natureza Admin	Nº
Instituições Públicas	38
Instituições Privadas	17
s/d	1
Total	56

Gráfico 12



3.3.3 – Esfera de Governo

Das instituições públicas participantes nos Fundos Setoriais e não Setoriais, 55% são estaduais e 45% pertencem a esfera federal. (Tabela 13 e Gráfico 13).

Tabela 13

Federais	17
Estaduais	21
Municipais	0
Total	38

Gráfico 13



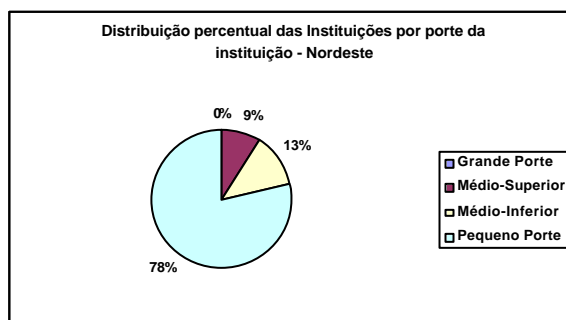
3.3.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

Do total instituições participantes dos Fundos Setoriais e não Setoriais na Região Nordeste, 78% são classificadas como instituições de pequeno porte, 13% são de porte médio-inferior e 9% são de porte médio-superior. (Tabela 14 e Gráfico 14).

Tabela 14

Porte da Instituição	Nº
Grande Porte	0
Médio-Superior	5
Médio-Inferior	7
Pequeno Porte	44
Total	56

Gráfico 14

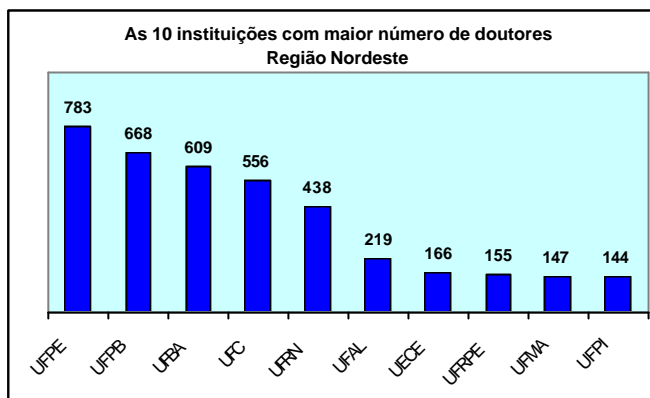


As maiores instituições, no que se refere ao número de doutores, na Região Nordeste são UFPE, UFPB, UFBA, UFC, UFRN, UFAL, UECE, UFRPE, UFMA e UFPI.

Tabela 15

Instituição	Nº Dr
UFPE	783
UFPB	668
UFBA	609
UFC	556
UFRN	438
UFAL	219
UECE	166
UFRPE	155
UFMA	147
UFPI	144

Gráfico 15



3.4- Norte

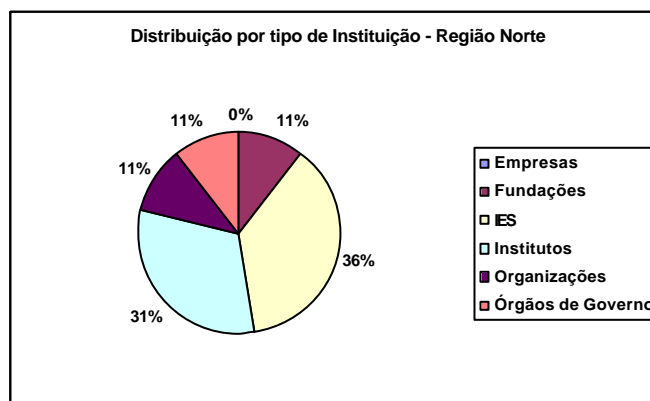
3.4.1 – Tipo da Instituição

Do universo de instituições localizadas na Região Norte, 36% são IES, 31% são institutos de pesquisa. As organizações, órgãos de governo e as fundações participam, cada uma com 11% do total. (Tabela 16 e Gráfico 16)

Tabela 16

Tipo de Organização	nº
Empresas públicas	0
Fundações	2
IES	7
Institutos	6
Organizações	2
Órgãos de Governo	2
Total	19

Tabela 16



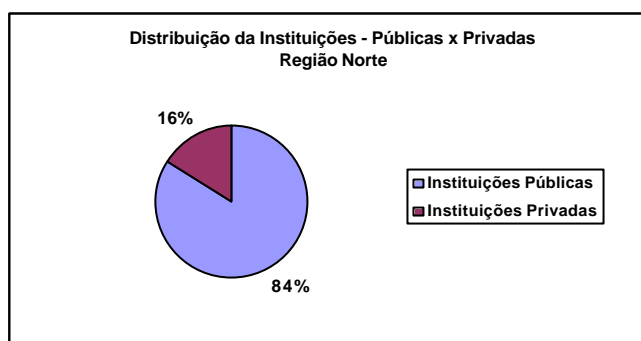
3.4.2 – Natureza Administrativa

As instituições de caráter público correspondem a 84% do total das instituições partícipes dos Fundos Setoriais e não Setoriais e 16% são instituições privadas. (Tabela 17 e Gráfico 17).

Tabela 17

Natureza Administ	nº
Instituições Públicas	16
Instituições Privadas	3
s/d	0
Total	19

Gráfico 17



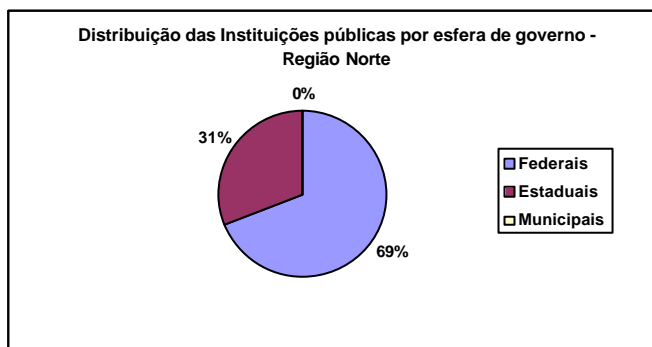
3.4.3 – Esfera de Governo

Na Região Norte as instituições federais correspondem a 69% do total e as estaduais correspondem a 31% das instituições participantes. (Tabela 18 e Gráfico 18).

Tabela 18

Esfera de Gov	nº
Federais	11
Estaduais	5
Municipais	0
Total	16

Gráfico 18



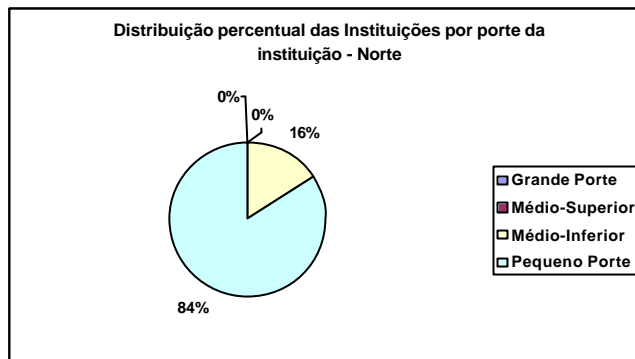
3.4.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

As instituições da Região Norte enquadram-se, segundo o porte, em apenas duas categorias. 84% são instituições de pequeno porte e 16% são instituições de porte médio-inferior. (Tabela 19 e Gráfico 19).

Tabela 19

Porte da Instituição	Nº
Grande Porte	0
Médio-Superior	0
Médio-Inferior	3
Pequeno Porte	16
Total	19

Gráfico 19

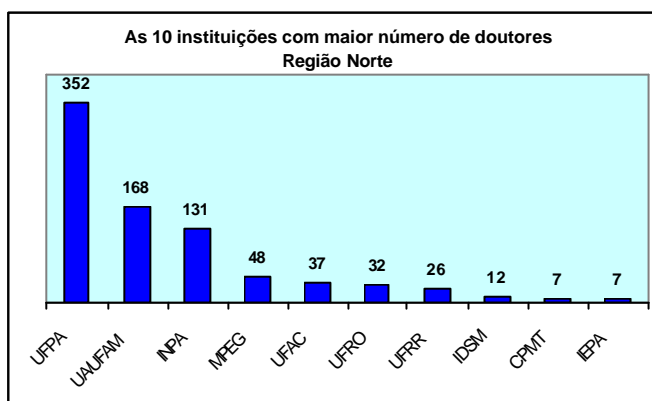


As maiores instituições da Região Norte, no que tange ao número de doutores são a UFPA, a UFAM e o INPA. (Tabela 20 e Gráfico 20).

Tabela 20

Instituição	nº Dr
UFPA	352
UA/UFAM	168
INPA	131
MPEG	48
UFAC	37
UFRO	32
UFRR	26
IDSM	12
CPMT	7
IEPA	7

Gráfico 20



3.5- Sudeste

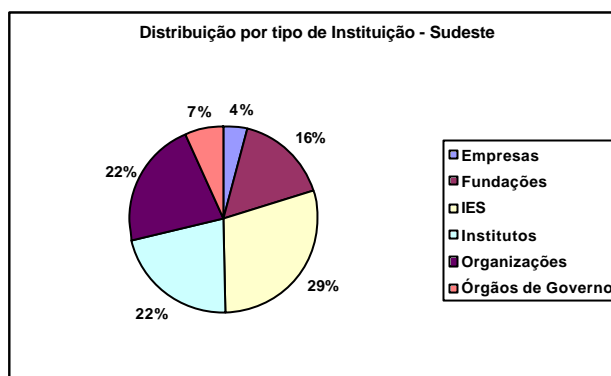
3.5.1 – Tipo da instituição

A Região Sudeste apresenta a maior número de instituições que participaram dos Fundos Setoriais e não Setoriais, sendo que destas 39% são IES, 22% são institutos de pesquisa, 22% são organizações, 16% são fundações, 7% são órgãos de governo e 4% são empresas públicas. Não foram computadas sete instituições cuja identificação não foi possível (Tabela 21 e Gráfico 21).

Tabela 21

Tipo de Instituição	nº
Empresas públicas	5
Fundações	19
IES	35
Institutos	26
Organizações	26
Órgãos de Governo	8
Total	119
s/d	7

Tabela 21



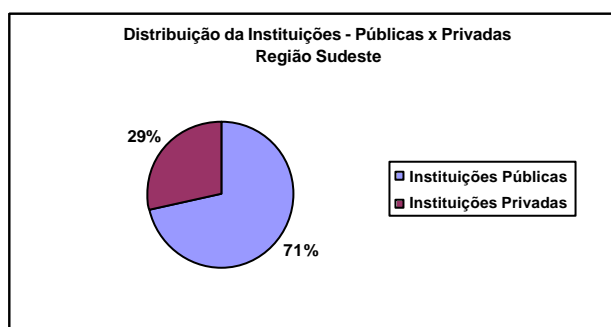
3.5.2 – Natureza Administrativa

As instituições de caráter público que participaram das ações e editais dos Fundos Setoriais e não Setoriais correspondem a 71% do total e as instituições privadas, 29%. Não foram computadas 7 instituições cuja identificação não foi possível (Tabela 22 e Gráfico 22).

Tabela 22

Natureza Admin	nº
Instituições Públicas	85
Instituições Privadas	34
Total	119

Tabela 22



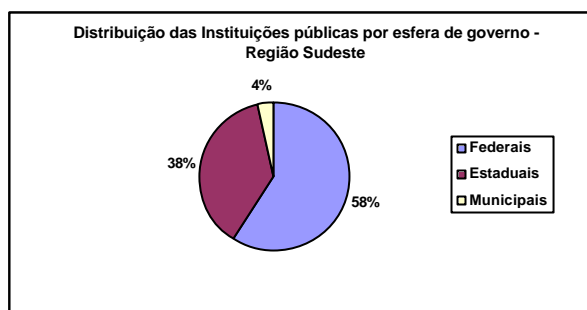
3.5.3 – Esfera de Governo

A distribuição das instituições públicas partícipes nos Fundos Setoriais e não Setoriais, no que tange a esfera de governo, apresenta o seguinte perfil: 58% são instituições federais, 38% são instituições estaduais e 4% são municipais. Não foram computadas 7 instituições cuja a identificação não foi possível (Tabela 23 e Gráfico 23)

Tabela 23

Esfera de Gov	nº
Federais	50
Estaduais	32
Municipais	3
Total	85

Gráfico 23



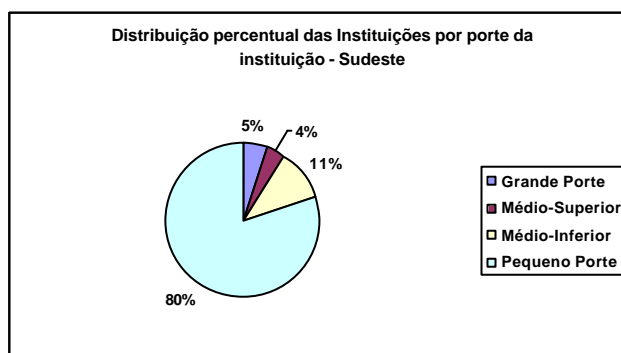
3.5.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

As instituições de grande porte localizadas na Região Sudeste correspondem a 5% do total, as instituições de porte médio-superior são 4%, as instituições consideradas como de porte médio-inferior equivalem a 11% e as instituições de pequeno porte são 80% do total. Não foram computadas 8 instituições cuja identificação não foi possível. (Tabela 24 e Gráfico 24).

Tabela 24

Porte das Instituições	nº
Grande Porte	6
Médio-Superior	5
Médio-Inferior	13
Pequeno Porte	95
Total	119

Gráfico 24

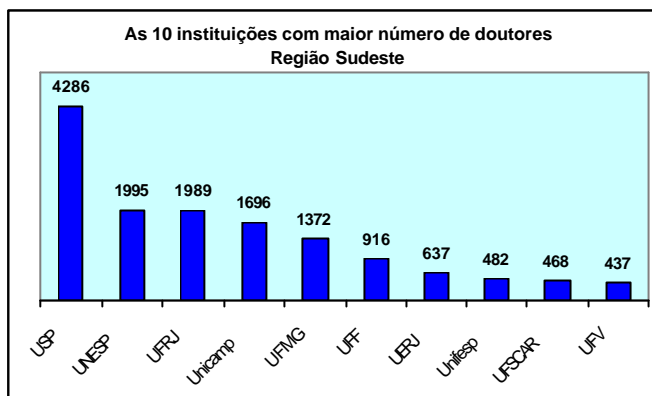


As 5 maiores instituições brasileiras em número de doutores encontram-se na Região Sudeste e são respectivamente: USP, UNESP, UFRJ, Unicamp e UFMG. (Tabela 25 e Gráfico 25).

Tabela 25

Instituição	nº Dr
USP	4286
UNESP	1995
UFRJ	1989
Unicamp	1696
UFMG	1372
UFF	916
UERJ	637
Unifesp	482
UFSCAR	468
UFV	437

Gráfico 25



3.6- Sul

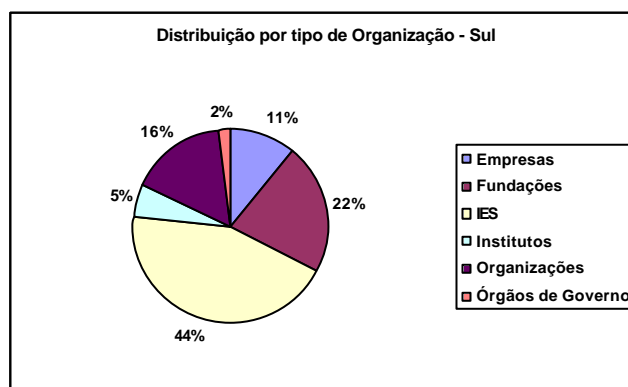
3.6.1 – Tipo da Instituição

Não Região Sul o número de instituições que obtiveram recursos dos Fundos Setoriais e não Setoriais foi de 55 instituições. Deste total 44% São IES, 22% são Fundações 16% são organizações, 11% são empresas públicas e 5% são institutos de pesquisa e 2% são órgãos de governo. (Tabela 26 e Gráfico 26).

Tabela 26

Tipo da Instituição	nº
Empresas públicas	6
Fundações	12
IES	24
Institutos	3
Organizações	9
Órgãos de Governo	1
Total	55

Gráfico 26



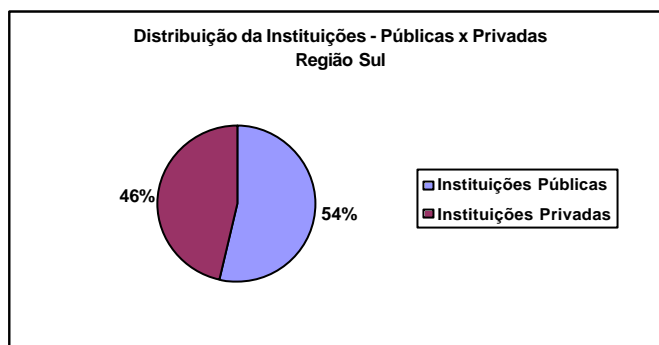
3.6.2 – Natureza Administrativa

Das instituições analisadas 53% são classificadas como instituições públicas e 47% são instituições privadas. (Tabela 27 e Gráfico 27).

Tabela 27

Natureza Administ.	nº
Instituições Públicas	29
Instituições Privadas	26
s/d	0
Total	55

Gráfico 27



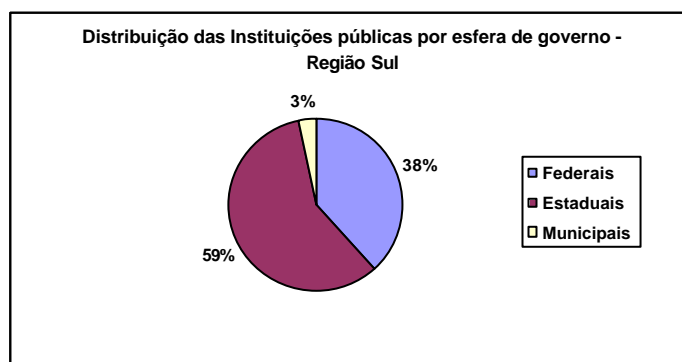
3.6.3 – Esfera de Governo

Levando-se em consideração o enquadramento na administração pública de acordo com a esfera de governo observa-se que na Região Sul 59% das instituições são estaduais, 38% são federais e 3% são municipais. (Tabela 28 e Gráfico 28).

Tabela 28

Esfera de Governo	nº
Federais	11
Estaduais	17
Municipais	1
Total	29

Gráfico 28



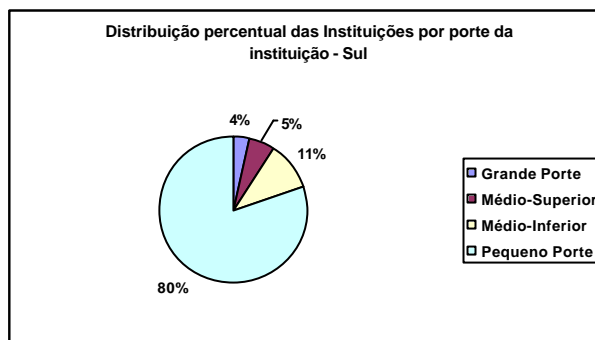
3.6.4 – Porte da Instituição e Número de Doutores

Na Região Sul 79% das instituições são consideradas instituições de pequeno porte, 11% são de porte médio-inferior, 6% são de porte médio-superior e 4% são instituição de grande porte. Não levou-se em consideração dados de 4 instituições que não forma passíveis de identificação. (Tabela 29 e Gráfico 29).

Tabela 29

Porte das Instituições	nº
Grande Porte	2
Médio-Superior	3
Médio-Inferior	6
Pequeno Porte	44
Total	54

Gráfico 29

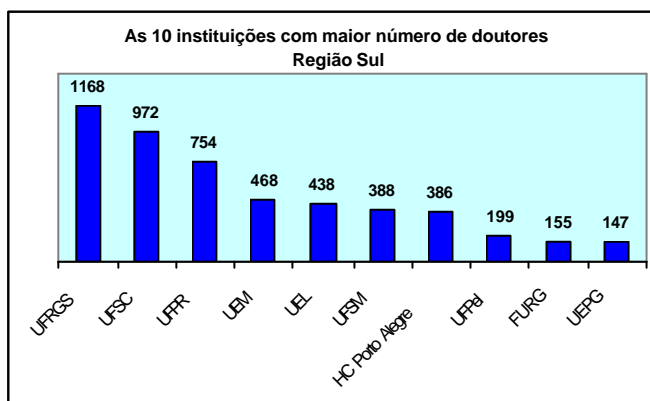


A maior instituição da Região Sul, levando-se em consideração o números de doutores é a UFRGS, seguida pela UFSC e pela UFPR, todas estas instituições possuem mais de setecentos doutores. (Tabela 30 e Gráfico 30).

Tabela 30

Instituição	nº Dr
UFRGS	1168
UFSC	972
UFPR	754
UEM	468
UEL	438
UFSM	388
HC Porto Alegre	386
UFPEl	199
FURG	155
UEPG	147

Tabela 30



4- Perfil Institucional nos Fundos não Setoriais (CT-Infra e Verde Amarelo) e CT-Petro

4.1 – Fundo de Infra-Estrutura – CT-Infra

Do universo de instituições que participaram do Fundo de Infra-estrutura 59% são IES, 19% correspondem a Institutos de Pesquisa, 9% são Fundações, 6% são Empresas públicas, 5% foram enquadradas como Órgãos de Governo e 2% foram identificadas como Organizações. (Gráfico 31 e Tabela 31).

Gráfico 31

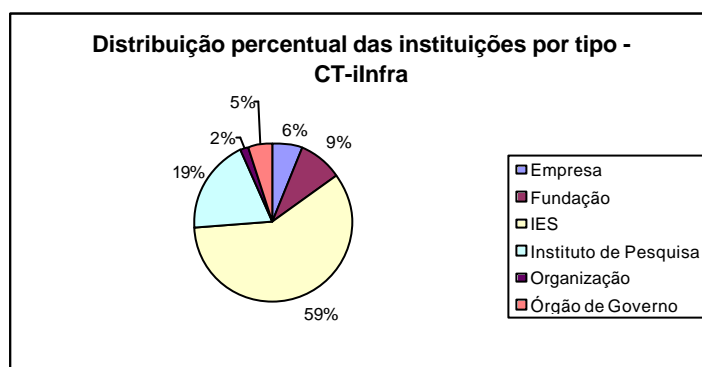


Tabela 31

CT-Infra	Regiões					Total
	CO	NE	NO	SE	S	
Empresas públicas	1	2		1	3	7
Fundação		1	1	6	3	11
IES	7	20	6	24	13	70
Instituto de Pesquisa		1	4	18		23
Organização			1	1		2
Órgão de Governo		2		3	1	6
Total	8	26	12	53	20	119

4.2 – Fundo Setorial do Petróleo – CT-Petro

Entre 1999 e 2001 os editais e demais ações do CT-Petro contemplaram aproximadamente 122 instituições. Deste total, 48% são IES, 17% são Fundações, 17% são consideradas como Organizações, 15% do total foram classificadas como Institutos de Pesquisa, 2% são Empresas públicas e 1% são Órgãos de Governo.

Gráfico 32

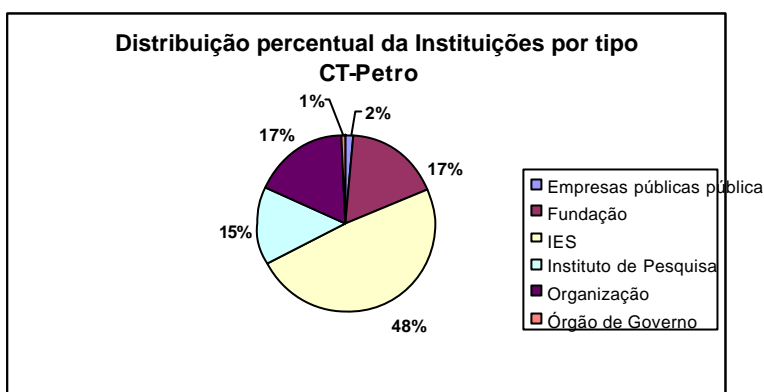


Tabela 32

CT-Petro	Regiões					Total
	CO	NE	NO	SE	S	
Empresas públicas					2	2
Fundação	1	9		6	5	21
IES	5	20	3	19	12	59
Instituto de Pesquisa			3	14	1	18
Organização	1	4		12	4	21
Órgão de Governo				1		1
Total	7	33	6	54	22	122

4.3 – Fundo Verde Amarelo

As instituições participantes dos editais e demais ações do Fundo Verde Amarelo tiveram a seguinte distribuição no que tange ao tipo: 30% são IES, 27% são Organizações, 16% são Fundações, 6% são Empresas públicas e 5% correspondem a Órgãos de Governo. (Gráfico 33 e Tabela 33).

Gráfico 33

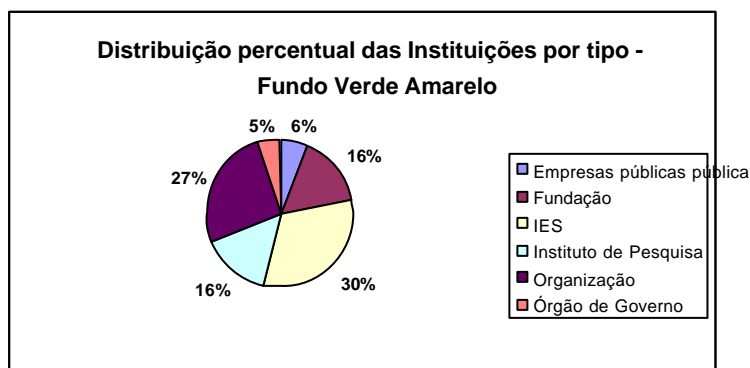


Tabela 33

Verde Amarelo	Regiões					Total
	CO	NE	NO	SE	S	
Empresas públicas pública	1			3	3	7
Fundação	2	2	2	9	2	17
IES	6	6	1	14	7	34
Instituto de Pesquisa	3	1	1	9	3	17
Organização	3	4	2	14	6	29
Órgão de Governo		1	2	2		5
Total	15	14	8	51	21	109

5- Considerações Finais

Diante dos dados apresentados observa-se que a maior parte das instituições participantes dos Fundos Setoriais e não Setoriais são Instituições de Ensino Superior (IES). Este perfil é observado em todas as regiões, com destaque para o Nordeste onde 56% das instituições participantes são IES. Em oposição à Região Nordeste, na Região Sudeste as IES correspondem a 29% do número total de instituições participantes dos Fundos. Ainda no que tange ao tipo das instituições, a maior participação percentual das empresas públicas nos Fundos Setoriais e não Setoriais foi na Região Sul com 11%.

No que se refere a natureza administrativa, em termos nacionais, observa-se a maior incidência de instituições públicas, 66%, contra 34% das instituições privadas.

Dentre as instituições públicas, levando-se em consideração dados correspondentes a soma de todas as regiões, 53% são federais. Esta distribuição apresenta um caráter diferenciado em algumas regiões. Tanto a Região Nordeste quanto a Região Sul possuem um percentual maior de instituições estaduais em relação às instituições federais. As demais Regiões apresentam perfil semelhante à distribuição nacional. Vale ressaltar que apenas nas Regiões Sul e Sudeste instituições públicas municipais logram obter recursos por meio dos editais dos Fundos.

A análise institucional dos Fundos Setoriais e não Setoriais revela a participação substancial das instituições consideradas como de pequeno porte (menos de 99 doutores). Em termos nacionais 79% das instituições participantes são consideradas de pequeno porte. Contudo, a distribuição das instituições com mais de 100 doutores reproduz a concentração regional no eixo sul-sudeste cristalizada nos sistemas de ciência e tecnologia e de educação superior. Das 10 instituições de grande porte 6 estão localizadas na Região Sudeste, 2 estão na Região Sul e 2 localizam-se na Região Centro-Oeste. É necessário observar que uma das instituições classificadas como de grande porte do Centro-Oeste é a Embrapa que possui uma estrutura descentralizada em 40 centros de pesquisa espalhados em todo o país, mas que para efeito de análise deste estudo, foi considerada como um centro único com sede no Distrito Federal.

O CT-Infra e o Fundo Verde Amarelo apresentam perfis diferentes no que se refere ao atendimento das demandas, levando em consideração o tipo de instituição. Devido às próprias características do Fundo de Infra-estrutura observa-se que 59% das instituições

participantes são enquadradas como IES, sendo que outros 19% são classificados na categoria Institutos de Pesquisa. No Fundo Verde Amarelo a participação das IES é de 30%, sendo que neste Fundo existe a presença substancial não só de Organizações, com 27% do total, como também de Fundações, com aproximadamente 16%. É interessante notar que a participação percentual de empresas públicas no Fundo Verde Amarelo, 6%, é ligeiramente menor que no CT-Infra que alcança o patamar de 7%, sendo que no CT-Petro a participação das Empresas públicas nas ações do Fundo foi de apenas 2%. Esta discrepância com relação ao Fundo Verde Amarelo deve estar relacionada ao fato de, neste estudo, avaliou-se a participação institucional dos executores dos projetos de pesquisa.